
Conasa Infraestrutura S.A.
Demonstrações financeiras
Individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Conasa Infraestrutura S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Conasa Infraestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conasa Infraestrutura S.A. e da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

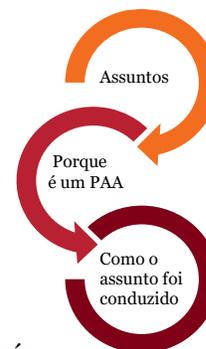
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria do exercício corrente foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior, porém incorporando à nossa abordagem de auditoria procedimentos em resposta ao cenário atual das operações.



Porque é um PAA

Recuperabilidade dos ativos intangíveis e ativos financeiros dos contratos de concessão (teste de impairment) - Notas 14 e 15

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem registrados em seus ativos intangíveis e ativos financeiros, os montantes de R\$ 272.901 mil e R\$ 222.234 mil, respectivamente, substancialmente referentes aos valores contábeis dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos intangíveis e ativos financeiros como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; a verificação do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia e suas controladas, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxa de crescimento vegetativo, reajuste tarifário e taxa de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados observáveis de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria e as evidências que suportam os nossos testes demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.



Conasa Infraestrutura S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita não faturada

Conforme apresentado nas Notas 3.5.16 e 5, a Companhia e suas controladas reconhecem mensalmente a receita operacional referente a serviços prestados e não faturados aos consumidores, sob a nomenclatura de “Fornecimentos a faturar”. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$ 10.199 mil de receitas não faturadas. Visto que o faturamento e emissão das faturas é posterior ao fechamento contábil mensal, a Companhia realiza uma estimativa, que inclui o consumo médio dos usuários e a tarifa vigente na data do encerramento contábil. Esse procedimento é adotado para todos os segmentos operacionais sob essas condições na Companhia.

Consideramos o teste de reconhecimento de receita não faturada como um dos principais assuntos de auditoria, em função do montante envolvido e grau de julgamento da administração na preparação dessa estimativa.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do ciclo de receitas e contas a receber da Companhia e suas controladas; a atualização do entendimento da metodologia de cálculo adotada para a estimativa mensal de “Fornecimentos a faturar”; recálculo da estimativa em comparação com as tarifas vigentes em cada empresa nos referidos períodos; testes de recebimentos subsequentes; e comparação das informações calculadas de forma independente com os relatórios internos de monitoramento da Companhia e suas controladas.

Nossos procedimentos de auditoria e as evidências que suportam os nossos testes demonstraram que os critérios para elaboração das estimativas proporcionaram uma base razoável para o reconhecimento da receita não faturada e as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidas e incluídas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Conasa Infraestrutura S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Conasa Infraestrutura S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

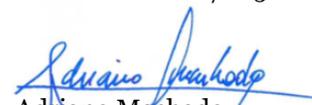


Conasa Infraestrutura S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenham proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 31 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7



 **Conasa**
INFRAESTRUTURA

Mensagem da Administração

Prezados(as) Senhores(as),
Os Administradores da CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (“CONASA”) apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

2020

**Resiliência e resultados
ao final de um
ano desafiador.**

128 novos empregos diretos gerados;
Nenhuma demissão ou redução de salários
em decorrência da pandemia;
100% dos compromissos financeiros respeitados;
3 novos projetos: CONSÓRCIO FEC (SABESP),
MT246, Luz de Belém;
24% de crescimento da receita operacional líquida;
59% de crescimento do EBITDA Ajustado;
406% de aumento no lucro líquido.

Águas de Itapema

37km de rede;
+ 200 l/s de capacidade de tratamento de esgoto;
+ 125l/s de tratamento de água;
+ 210 milhões de litros de capacidade de reservação de água.

Sanesalto

Primeiro ano de lucro operacional:
R\$ 5,9 milhões.

Sanetrat

Certificação ISO 9001.

Via Brasil

MT-100:
Primeiro ano de operação integral;
Certificação ISO 14001.

Teresina Luz

Início das atividades em set/2020;
6.445 luminárias substituídas por LED;
Meta de 100% de instalação de lâmpadas LED até 2021.



Conasa

Com sede em Londrina, PR, a Conasa Infraestrutura está presente em diversos estados do Brasil, nos segmentos de saneamento, energia e rodovias, setores relevantes para o desenvolvimento do país e ainda carentes de investimentos. Em constante expansão, no ano de 2020 a empresa foi posicionada entre as 500 maiores do Sul do país no ranking publicado pela Revista Amanhã e PwC Brasil.

Nosso propósito é contribuir para o desenvolvimento nacional, por meio de investimentos que vêm somar-se ao esforço do poder público em diversos setores de infraestrutura e serviços à população.



Linha do tempo do Grupo Conasa

2004

Início das concessões da Companhia Águas de Itapema e da Sanesalto

2007

Criação da Holding Conasa para gestão da Companhia Águas de Itapema e da Sanesalto e desenvolvimento de novos negócios.

2008

Aquisição da Águas de Santo Antônio. Fundada a Sanetrat (tratamento e efluente de água).

2013

Envimax, uma empresa focada em atividades de remediação do solo, se torna parte do portfolio da Conasa.

2014

Aquisição de 50% da Urbeluz. Urbeluz vence a PPP de iluminação pública de São João de Meriti e funda a Alegrete.

2015

Aquisição da Sanesul, detentora de 49% da Águas de Meriti. Urbeluz vence a PPP de iluminação pública de Caraguatatuba e funda a CaraguaLuz.

2016

Ampliação do objeto social da Conasa Infraestrutura S.A. Conasa, em consórcio, vence a PPP de iluminação pública de Mauá e funda a MauáLuz

2017

Aquisição da Sanema

2018

Vencedora da Concessão para as rodovias MT100 e MT320/MT208 – Conasa lidera o Consórcio Via Brasil.

2019

Consórcio Teresina Luz – formado pelas empresas Conasa Infraestrutura, FM Rodrigues e Brasiluz – vence a concessão para Iluminação Pública de Teresina. Conasa assume o controle da Sanema.

2020

Consórcio FEC – formado pela Conasa, Etesco e Fast vence concorrência da SABESP no âmbito do programa de despoluição do Rio Pinheiros

Vencedora da Concessão para a rodovia MT246 com o consórcio Via Brasil. Consórcio Belém II, liderado pela Conasa vence PPP de iluminação pública em Belém

A Crise Sanitária mundial

Em meio à crise sanitária mundial, respeitamos todos os compromissos assumidos, mantivemos o quadro de funcionários e geramos mais empregos com a expansão dos nossos negócios.

“Resiliência ao desafio de 2020”

O ano de 2020 será sempre lembrado pelo cenário de insegurança decorrente da pandemia de COVID-19 que afetou o mundo todo. Uma crise sem precedentes com graves consequências no aspecto sanitário e impacto direto na economia.

No Brasil, a paralisação da economia e o consequente aumento do desemprego se fizeram sentir em nossas unidades operacionais, particularmente nos índices de inadimplência. Diante do quadro de adversidades, graças a uma gestão embasada nos sólidos princípios da Governança Corporativa que a Conasa adota, chegamos ao final do ano com os investimentos previstos realizados, todos os nossos compromissos honrados e sem precisar demitir ou reduzir salários. Além disso, o início de operação dos nossos negócios, com as novas unidades Teresina Luz na área de Energia e Via Brasil MT320 em Rodovias, abriu novas vagas de emprego, assegurando a 138 famílias estabilidade durante a crise. Os projetos Luz de Belém, Via Brasil MT 246 e Consórcio FEC reforçarão os investimentos do Grupo no processo de retomada da economia.

Nossas atividades, que configuram serviços essenciais à população, não foram interrompidas. Ao longo do ano asseguramos a manutenção dos serviços nos setores de saneamento, energia e rodovias.

A proteção dos trabalhadores

No período inicial da pandemia, o teletrabalho foi adotado em todas as unidades, para os colaboradores cuja atividade não exige a presença na empresa, conforme as orientações e datas determinadas em cada estado, totalizando 380 colaboradores em trabalho remoto. Para as atividades presenciais, implementamos o protocolo de segurança indicado pelas autoridades da saúde, que incluiu: controle de temperatura no acesso da empresa, afastamento entre os trabalhadores, obrigatoriedade do uso de máscaras disponibilizadas pela empresa, álcool em gel para utilização em diversos pontos nas unidades e reforço das equipes de higienização dos locais de trabalho. Adotamos horários alternativos de trabalho no intuito de evitar horários de pico para os trabalhadores que utilizam o transporte público. Cerca de 30 colaboradores, responsáveis pelos cortes de fornecimento, foram deslocados para outras atividades ou tiraram férias durante o período em que a interrupção de fornecimento

de água foi suspensa, assim como os trabalhadores considerados de alto risco que desempenhavam atividades presenciais. A Conasa realizou o teste PCR de todos os colaboradores antes do retorno ao trabalho presencial. Todos receberam informes internos detalhando o protocolo e os procedimentos a seguir em caso de sintomas, além de um kit de 4 máscaras reutilizáveis. Os casos com suspeita foram imediatamente afastados e testados.

A proteção dos usuários

A partir da retomada do atendimento presencial ao usuário, foram adotadas medidas para a proteção de todos: barreira de acrílico entre o atendente e o usuário durante o atendimento, disponibilização de álcool em gel, obrigatoriedade do uso de máscara, limitação da quantidade de pessoas nos locais de atendimento, indicação de distanciamento e informes de prevenção nos sites. A Companhia Águas de Itapema disponibilizou um canal de atendimento remoto pelo aplicativo WhatsApp para evitar deslocamentos.

Os impactos nas atividades e desempenho da empresa

Nossos negócios sofreram moderadamente os impactos negativos da pandemia, de acordo com o segmento de atuação, ao longo do ano.

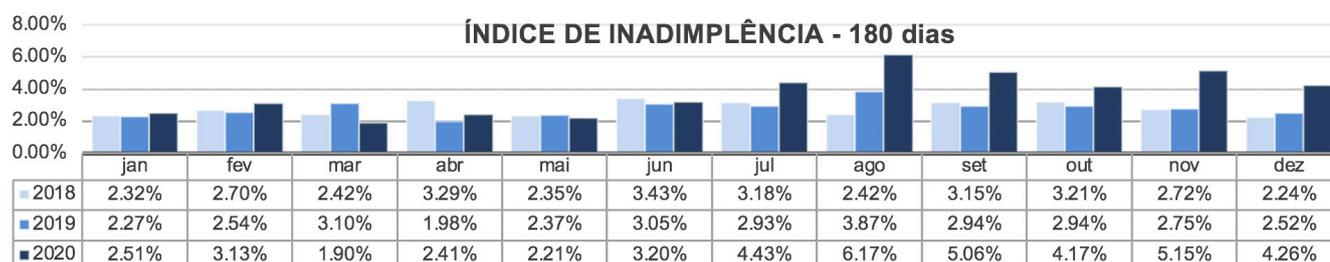
Saneamento

As medidas de isolamento, redução das atividades dos órgãos públicos e concessionários, adoção do teletrabalho e afastamento de pessoas acima de 60 anos, portadores de comorbidades e sintomáticos tiveram maior impacto nas obras em andamento. A maior parte sofreu interrupções e atrasos, motivando afastamento de trabalhadores e renegociação de prazos, tocando particularmente a Sanema, que já renegociava os prazos de entrega da obra para 2021 em função de outros fatores exógenos, e a Águas de Itapema. Ainda assim, todos os investimentos foram realizados conforme previsto e as obras prosseguiram.

Inadimplência/Reajustes tarifários/ Redução atividade industrial.

Outros impactos observados no setor são decorrentes do aumento da inadimplência (Águas de Itapema), impossibilidade de aplicar os reajustes tarifários previstos (Sanesalto de R\$ 4,00 para R\$ 4,09 por metro cúbico) e redução da atividade industrial (Sanetrat), ocasionando redução de receita para as empresas.

No município de Itapema, já nos primeiros meses de 2021, constatamos ainda uma considerável redução na população flutuante durante o período de temporada.



Rodovias

Registramos impacto na arrecadação da rodovia MT100 durante os períodos de maior gravidade da pandemia, em consequência da crise e das medidas de isolamento social, com a retomada do movimento no segundo semestre e a recuperação das perdas iniciais de receita. A conclusão das praças de pedágio da MT320 foi postergada em 4 meses, em razão de atrasos nas entregas de insumos (aço, cimento etc.) e dificuldades de deslocamento dos operários. Em outubro, as praças de pedágio iniciaram a arrecadação.

Energia

No segmento de energia, não foram observados efeitos da crise nas receitas. No entanto, a Conasa buscará, se necessário, reequilíbrios econômico-financeiros nos contratos de concessão sobre eventuais efeitos em decorrência da pandemia.

Destaques de 2020
Em meio à crise sanitária mundial,
realizamos todos os investimentos previstos
e alcançamos os resultados esperados.



Resultados

Mesmo diante do cenário adverso que surpreendeu o mundo em 2020, tivemos sucesso na implementação dos projetos previstos nos anos precedentes. Os recursos captados foram integralmente investidos conforme os compromissos assumidos e os resultados esperados puderam ser entregues, evidenciando a capacidade da Conasa em planejar, viabilizar e executar seus projetos.

Encerramos o ano com todos os compromissos respeitados – financeiros e contratuais – e um crescimento de 24% na receita líquida consolidada em relação ao ano anterior.

A receita líquida encerrou 2020 em **R\$ 282.620** contra **R\$ 230.706** em 2019, fruto do aumento de receitas diretas de **R\$ 154.938** em 2019 para **R\$ 183.911** em 2020 em decorrência do aumento orgânico nos contratos operacionais, fruto do aumento das receitas

de construção, em decorrência do aumento de investimento do ano, e fruto do aumento da remuneração do ativo financeiro, reflexo do aumento da base de ativos.

Além do aumento de receita líquida consolidada observado, a Via Brasil MT 100 encerrou o exercício com receita bruta de tarifas de pedágio de **R\$ 48.359** ante **R\$ 3.286** em 2019 (operação somente em dezembro de 2019), e a Via Brasil MT 320 encerrou o exercício com receita bruta de tarifas de pedágio de **R\$ 6.049**, com início de operação ao final de outubro, resultados esses que não são consolidados nas Demonstrações Financeiras da Conasa, que detém 40% de tais empresas.

O EBITDA Ajustado Consolidado encerrou 2020 em **R\$ 111.639** contra **R\$ 71.898** em 2019, fruto do aumento de receitas.

Além do aumento de EBITDA observado, a Via Brasil MT 100 encerrou o exercício com EBITDA de **R\$ 29.431** em 2020 contra **-R\$ 4.205** em

2019, e a Via Brasil MT 320 encerrou o exercício com EBITDA de **-R\$ 11.108**, resultado do início de operação somente no final de outubro, mas já com EBITDA positivo nos últimos dois meses do ano (R\$ 991 e R\$ 947 respectivamente), resultados esses que não são consolidados nas Demonstrações Financeiras da Conasa, que detém 40% de tais empresas.

O Lucro Líquido consolidado encerrou o exercício de 2020 em **R\$ 57.746** ante um resultado de **R\$ 11.411** em 2019, fruto dos aumentos de receita do exercício.

Para nós da Conasa Infraestrutura, o principal resultado a comemorar em 2020 é a solidez da empresa e nossa capacidade de resiliência diante de uma crise de graves e amplas consequências. Executamos os investimentos previstos, principalmente no ciclo 2019-2020, e os resultados esperados começam a refletir nos resultados de 2020 e continuarão nos próximos exercícios.

Proseguimos nosso projeto de expansão dos negócios, com o início das atividades das unidades MT320 e Teresina Luz e três novos contratos: Sabesp, Luz de Belém e MT246.

Em 2020, três novos projetos vieram somar-se ao nosso portfólio de empreendimentos, apesar do cenário desafiador que caracterizou o ano.

Na área de Saneamento, vencemos a concorrência para implantação de duas unidades recuperadoras da qualidade das águas do programa Novo Rio Pinheiros. O Consórcio composto pela Conasa, Etesco e Fast, firmou com a Sabesp o contrato para a implantação, operação e manutenção das unidades de tratamento do esgoto lançado nos córregos Jaguaré e Antonico, ambos afluentes do Pinheiros.

Na área de Energia, liderando o consórcio Luz de Belém II, do qual fazem parte as empresas Zetta e Ello, a Conasa arrematou a parceria público-privada (PPP) de iluminação pública de Belém, um setor em que somos pioneiros.

O contrato de 13 anos prevê a modernização e manutenção de mais de 90 mil pontos de iluminação.

Já a área de Rodovias ganhou mais um trecho de estrada no Mato Grosso, posicionando a Conasa entre os principais operadores de rodovia da região Centro Oeste. A nova unidade Via Brasil MT246 assume um trecho de 233,2 km de vias entre Jangada e Itanorte, que alimenta rotas de escoamento da safra da região.

O ano de 2020 também foi marcado pelo início de faturamento da Teresina Luz, a primeira PPP de iluminação pública estruturada pelo BNDES e que foi ganha pelo consórcio da Conasa em 2019, e da Via Brasil MT320, cujo contrato foi firmado em maio de 2019 e os investimentos do primeiro ano da concessão para implantação das praças de pedágio foi encerrado com início da cobrança comercial em outubro de 2020.

Governança, Ética e Compliance

O Programa Compliance, que abrange todas as unidades do Grupo Conasa, é a garantia do nosso engajamento com os princípios da boa Governança Corporativa.

Desde 2016 a Conasa adere às práticas de gestão preconizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), adotando os quatro princípios que passaram a nortear a governança da empresa: **transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa.**

Atendendo rigorosamente às exigências regulatórias do setor, exigimos de nossos colaboradores e fornecedores o mesmo rigor em relação à legislação e à conduta ética. Por meio do **Código de Ética e Postura** e do **Código de Conduta de Fornecedor** da Companhia, nosso Programa de Compliance assegura a aplicação integral das normas adotadas em todas as áreas de atividade. Os dois documentos incluem cláusulas relativas aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao combate à corrupção, assim como todos os novos contratos firmados com parceiros e fornecedores em 2020. Os novos colaboradores contratados no ano receberam treinamento relativo aos códigos de conduta e comportamento da empresa. Ainda em 2020, desenvolvemos o treinamento em EAD para todos os colaboradores da empresa que serão aplicados a partir de 2021 em substituição aos presenciais que foram interrompidos em razão das medidas protetivas adotadas pela companhia.

Conduzido pelo Compliance Office, que está diretamente ligado à presidência e ao Conselho de Administração da Companhia, o programa conta ainda com o auxílio do Comitê de Ética, vinculado à alta direção da empresa. Por meio do Canal de Ética, conduzido por uma empresa independente, nossos colaboradores, fornecedores e usuários podem encaminhar denúncias que serão tratadas pelo Comitê, constituído de 6 profissionais e renovado a cada ano. O canal está disponível 24h/24h e recebe denúncias e sugestões através do site (<http://www.conasa.com/a-empresa/compliance>) ou pelo telefone 0800-602-6911.

Os membros do Conselho de Administração da Conasa têm formação pelo IBGC desde 2019, assegurando uma base ainda mais sólida à nossa expansão.

Tendo como plano estratégico futuro a abertura de capital com **listagem das ações na B3**, a Conasa atende às exigências da CVM divulgando os **balanços auditados trimestralmente pela PricewaterhouseCoopers - PwC Brasil**, por meio do **site de RI**: <http://www.conasa.com/ri>, bem como outros itens de governança previstos para empresas listadas já atendidos visando a preparação da empresa.

Sociedade anônima de capital fechado, a Conasa exerce a gestão das empresas que se encontram sob seu controle por meio de sua diretoria, na pessoa do Diretor Presidente, Mario Vieira Marcondes Neto e demais diretores, amparada pelo Conselho de Administração, composto de 5 conselheiros, dos quais 2 são membros independentes e 1 externo. Em 2020 o Conselho de Administração passou a se reunir por videoconferência, adotando as recomendações do IBGC a respeito da organização e protocolo durante as reuniões.

transparência equidade accountability responsabilidade corporativa.

A Conasa preza pela transparência no relacionamento com as partes interessadas e mantém canais de comunicação e informação específicos, tais como:

- . Site do Grupo e das unidades
- . 0800 de atendimento ao cliente
- . 0800 e Hotsite para Canal de Ética e Postura
- . 0800 exclusivo para reclamações pós-serviço
- . Atendimento digital
- . Jornal Interno
- . Site RI (informações para acionistas, investidores e instituições financeiras)
- . Relatórios contratuais ao poder concedente

Valorizamos nosso papel e envolvimento junto à sociedade civil, participando ativamente de entidades setoriais constituídas.

A Conasa está atualmente representada e atuante junto às seguintes instituições:

ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base | representada pela Caraguá Luz.

ABCON - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto | Conasa Infraestrutura.

Em 2020, o Diretor da Caraguá Luz, Pedro Iacovino, foi eleito Diretor Presidente da ABCIP - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Iluminação Pública.

Diretoria e Conselho de Administração



Mario Vieira
Marcondes Neto
CEO da Conasa e
membro do Conselho de
Administração. Fundador
da Conasa.

Advogado, fundador da Águas de Itapema e da Conasa com experiência Jurídica em diversas concessões



Marcus Grassano
Presidente do Conselho
de Administração.

Advogado, sócio da Grassano Advogados.



Camilo Nonino
Membro do Conselho
de Administração.

Administrador, foi banker na área de infraestrutura do Santander e sócio de empresas de infraestrutura e construção.



José Roberto Curan
Membro independente
do Conselho
de Administração.

Membro do conselho de administração e do comitê estatutário de auditoria da Alphaville SA. Foi diretor e superintendente nos bancos Francês e Brasileiro, Itaú e Votorantim.



Giuseppe Viscomi
Membro independente
do Conselho
de Administração.

Economista MBA, foi sócio da Booz Allen na Brasplan.



Cláudio Leoni Ramos
Diretor financeiro,
Administrativo e de
Relação com Investidores.

Engenheiro Mecânico e MBA em Finanças NYU, foi diretor e sócio da KPMG.



Ricardo Salles
de Oliveira Barra.
Diretor de Engenharia
e Operações.

Engenheiro Civil e MBA em Gestão Empresarial - FGV, tem sólida experiência em Gestão de Projetos de Engenharia, PPP e Concessões de Rodovias.

O Grupo CONASA

**20 empresas e
538 empregos diretos
em 9 estados brasileiros:
Alagoas, Mato Grosso,
Pará, Paraná, Piauí, Rio de
Janeiro, Roraima, Santa
Catarina e São Paulo.**

O Grupo Conasa

Atuamos nos setores de saneamento, energia e rodovias, investindo na expansão da infraestrutura de serviços essenciais no Brasil.

A Conasa Infraestrutura hoje atua em saneamento, iluminação pública e rodovias, especialmente através de sociedades de propósito específico, em concessões e PPPs de longo prazo. No intuito de integrar as especificidades de cada setor, a empresa abriga quatro grandes áreas, que gerenciam as unidades operacionais de cada segmento:

Conasa Saneamento;

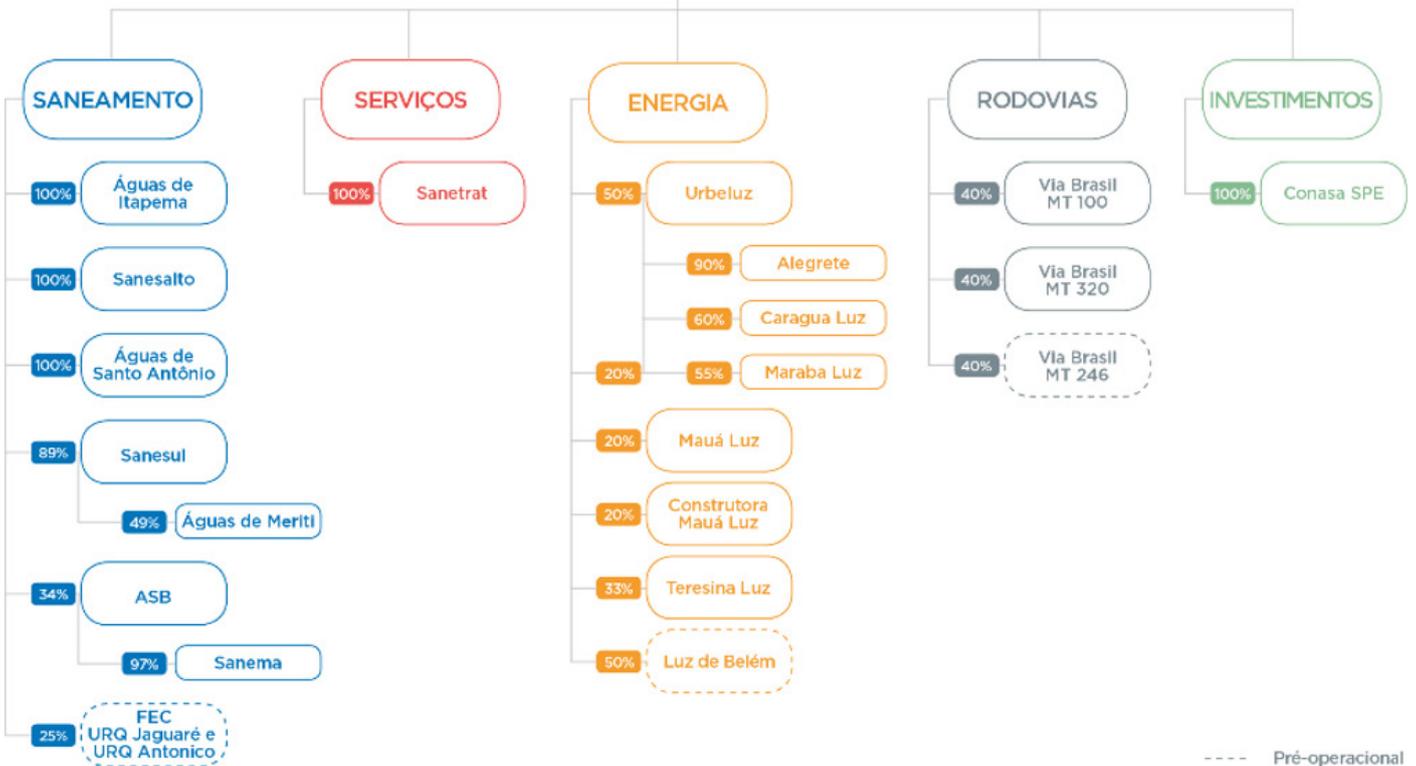
Conasa Energia;

Conasa Rodovias;

Conasa Serviços.

A crise sanitária mundial evidenciou a urgência do debate em torno da participação efetiva da iniciativa privada no sentido de contribuir para a redução do déficit de investimentos em infraestrutura no setor. Segundo o estudo publicado pela Associação Brasileira de Empresas de Saneamento (ABES), o Brasil poderia ter mais 13.712 leitos por mês disponíveis durante a pandemia, se não houvesse internações por doenças causadas pela falta de saneamento (levantamento relativo aos meses de janeiro, fevereiro e março).

Com o amparo de políticas públicas adequadas e fundamentação na legislação vigente, operamos atualmente em regime de concessão no segmento de saneamento básico nos municípios de Itapema (SC) e Salto (SP), além de um contrato de locação de ativos em Maceió (AL). Em 2020, o consórcio FEC passou a integrar nosso grupo, atuando no programa da SABESP para despoluição e recuperação do Rio Pinheiros, em São Paulo.



Ampliar o acesso ao saneamento básico no Brasil revela-se essencial e ainda mais urgente diante do cenário atual. A Conasa está presente, investindo com responsabilidade e contribuindo para alcançar a meta nacional de universalização do Sistema de Água e Esgoto.

Abastecimento de água
Coleta e tratamento de esgoto

A Conasa integra o programa Novo Rio Pinheiros, contribuindo na despoluição deste importante rio no coração da capital econômica do país.

Consórcio FEC constituído pela Conasa, Etesco e Fast.

Consórcio FEC

SABESP - Programa Novo Rio Pinheiros
Tratamento de esgoto | 2020 a 2030
Município | São Paulo - SP
Investimentos Estimados
R\$ 87,4 milhões
<http://novoriopinheiros.sp.gov.br/>

A Conasa integra o programa Novo Rio Pinheiros, contribuindo na despoluição deste importante rio no coração da capital econômica do país.

Entre as empresas licitadas pela SABESP para o projeto de recuperação do Rio Pinheiros em São Paulo, está o consórcio FEC, constituído pela Conasa, Etesco e Fast, que propôs o uso de modernas tecnologias para o tratamento do esgoto lançado nos córregos **Jaguaré** e **Antonico**, afluentes do Pinheiros, com uma etapa adicional de oxidação por ozônio (córrego Jaguaré). A instalação substituiu o sistema coletor convencional, inviável devido à falta de espaço.

Firmado em julho de 2020, o contrato compreende a implantação, operação e manutenção de duas unidades recuperadoras da qualidade das águas (**URQAs**) e faz parte do programa Novo Rio Pinheiros, que estabelece um plano de ações socioambientais de saneamento e para a despoluição do rio. Com duração de 10 anos, sendo 22 meses destinados à implantação da infraestrutura, o contrato prevê investimentos de R\$ 87,4 milhões e a remuneração vinculada ao desempenho.

Conasa Águas de Itapema

Concessão plena (água e esgoto) | 2004 a 2044

Município | Itapema - SC

Acesso à água tratada | 100% da população

Acesso à coleta de esgoto | 90% da população

Reservatórios de água tratada | 9 milhões de litros

Volume de água bruta armazenada | 582 milhões de litros

Produção de água potável | 698 litros/segundo

Investimentos até 2020 | R\$ 234 milhões

Investimentos realizados em 2020 viabilizaram a expansão de adutoras nas regiões mais altas, além de diversas melhorias aportadas às redes de distribuição e coleta.

O aumento na capacidade de adução de água tratada beneficia os bairros mais altos do município, para atender o crescimento da cidade e evitar baixa pressão principalmente durante a alta temporada. A interligação do sistema isolado de abastecimento de água localizado no bairro Ilhota ao sistema Areal e São Paulinho, com a implantação de 3.100 metros da adutora em PEAD de 110 mm, trouxe estabilidade no abastecimento de água no bairro Ilhota, carente de recursos hídricos, inclusive nas temporadas de verão. As melhorias refletem positivamente nos indicadores socioeconômicos, contribuindo para posicionar o município como um dos destinos turísticos mais procurados da região.

Os investimentos foram possíveis graças à captação de R\$ 100 milhões em debêntures estruturadas pelo Banco Santander em 2019, evidenciando a confiança do mercado de capitais na capacidade da Conasa em gerar negócios, mas também de implementá-los, respeitando os compromissos assumidos no projeto.

Gerador de hipoclorito e saturador de flúor trazem inovação nos processos de tratamento e proporcionam melhor qualidade da água distribuída à população de Itapema.

O tratamento com hipoclorito de sódio em substituição ao cloro que vinha sendo testado desde 2018 pela ETA Areal foi implementado na maior estação de tratamento da companhia, a ETA Morretes. O sistema que utiliza como matérias-primas apenas o sal de cozinha, água e energia elétrica na desinfecção da água, não gera resíduos na produção, contribuindo para a sustentabilidade da operação. Além de assegurar maior segurança para os trabalhadores, o novo processo reduz os custos da operação.

Outra inovação implantada na ETA Morretes e na ETA Areal neste ano de 2020 foram os saturadores de flúor, tecnologia desenvolvida para o preparo e aplicação automatizada do Fluossilicato de sódio para fluoretação da água, que garante um residual de flúor contínuo otimizando o controle operacional e aumentando a garantia de qualidade da água distribuída.

Sistema pioneiro de telemetria e sensoramento na operação de coleta e tratamento de esgoto: tecnologia de ponta na parceria com a empresa TLM

Investimentos em tecnologia de ponta que modernizaram o Centro de Controle Operacional, viabilizando o monitoramento e controle dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município em tempo real, além de contar com inteligência para operar automaticamente. Implementado em todas as Estações Elevatórias de Esgoto e Estações Elevatórias de Água tratada e Água Bruta, o sistema de monitoramento trouxe maior confiabilidade e passou a fornecer novos dados que auxiliam nas decisões operacionais.

ETE Morretes teve sua capacidade praticamente duplicada com a implementação do sistema de lodo ativado.

O sistema eleva a eficiência na remoção de matéria orgânica, com a decomposição acelerada por bactérias aeróbias. A ETE já conta com um novo sistema de Pré-tratamento totalmente automatizado na remoção de sólidos, areia, óleos e gorduras. Com as novas tecnologias, a capacidade de tratamento de 250 litros por segundo passou a 450 litros por segundo, e a ETE poderá receber futuras expansões que atendam ao crescimento do município.

Principais obras realizadas em 2020:

37km

Conclusão dos 37 km de rede de coleta de esgoto e interligação das Estações Elevatórias de Esgoto;

700m

Implantação de 700 metros de adutora de água tratada, que beneficiou as regiões mais altas dos bairros Alto São Bento, Várzea, Sertãozinho, Casa Branca, Canto da Praia e Centro;

Incremento do sistema de setorização no abastamento de água para maior eficiência no controle de perdas.

3,5km

Instalação de nova adutora de 3,5 km, margeando a Rodovia BR 101, para atender o bairro Ilhota, carente de recursos hídricos, trazendo estabilidade no abastecimento e tranquilidade para moradores e turistas,

2.311

Substituição de 2.311 hidrômetros, concluindo o programa iniciado em 2019 de substituição de aproximadamente 80% do parque de hidrômetros;

Reforma dos filtros da ETA Areal;

Melhoria no sistema de controle de entrada da água bruta da ETA Areal;

Interligação das sub-bacias das EEE 307 com a EEE 277 para favorecer o escoamento da rede e contingenciar qualquer extravasamento na orla da praia;

Melhoria no sistema de prevenção de incêndio do município, com a instalação de Hidrante na rede de 150mm;

As melhorias refletem positivamente nos indicadores socioeconômicos, contribuindo para posicionar o município como um dos destinos turísticos mais procurados da região.

Principais obras realizadas em 2020:

2.000m

2.000 metros de rede de água tratada em PVC DE60mm para atendimento de novas ligações.

Sistema para mitigar odores nas principais elevatórias localizadas na orla da praia.

Instalação de ventosa no bairro Canto da Praia, para melhoria da distribuição de água;

Sanesalto

Concessão de tratamento de esgoto | 2007 a 2032

Município | Salto - SP

Investimentos até 2020 | R\$ 75 milhões

Esgoto tratado pela Sanesalto | 98% do esgoto afastado

Exemplo do potencial de ampliação do acesso ao saneamento mediante o aporte de investimentos da iniciativa privada, Salto consolida sua posição de destaque nos rankings de eficiência em saneamento básico entre os municípios brasileiros.

O município ocupa a 10ª posição no Ranking da Universalização do Saneamento 2020, entre os municípios brasileiros de grande porte, realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Já o Programa VerdeAzul do Governo do estado de São Paulo, que destacou 154 cidades do Estado pela gestão de dez critérios ambientais, posiciona Salto na 4ª colocação. O município alcançou pontuação de 9,95/10 no critério Tratamento de Esgoto, assegurado pela Sanesalto há 14 anos.

Eficiência e otimização de processos com o novo sistema comercial

Com o novo sistema e a modernização dos servidores de banco de dados, a leitura dos hidrômetros passa a ser feita no smartphone, por um aplicativo capaz de registrar indícios de fraudes nos medidores, favorecendo o combate ao uso clandestino da água. O sistema vai beneficiar igualmente os processos de interrupção e religação do fornecimento de água por inadimplência. A expectativa é obter uma grande melhoria na abertura das ordens de serviço para execução e religação no processo de corte, uma vez que o uso do smartphone possibilita evidenciar e armazenar em banco de dados as imagens fotográficas do trabalho de campo, de forma clara e efetiva.

Saldo positivo de um ano de desafios: a Sanesalto encerra o ano sem nenhum funcionário com COVID, graças ao comprometimento de toda a equipe com as medidas protetivas.

SANEMA | Saneamento de Maceió

Contrato de Locação de ativos tratamento de esgoto | 2019 a 2049

Município | Maceió – AL

Investimentos até 2020 | R\$ 95 milhões

Extensão da rede coletora | 82km

População beneficiada | 73.250

Com financiamento de 80% pelo Banco do Nordeste, a conclusão das obras de infraestrutura e início da operação estão previstos para 2021.

O financiamento de R\$ 133 milhões junto ao Banco do Nordeste (BNB) contou com a fiança bancária dos Bancos Santander e Sumitomo Mitsui, apoiando investimentos em infraestrutura básica de saneamento na capital do Estado de Alagoas, que hoje atende apenas 12% da população com coleta e tratamento de esgoto. Após a readequação de escopo em 2020, o montante financiado deve atingir R\$117 milhões.

Embora as atividades não tenham sofrido interrupção em 2020, fatores exógenos ocasionaram uma renegociação do prazo inicialmente previsto. O afundamento de parte da região inclusa no contrato, amplamente divulgado na mídia, e a licitação da concessão na região metropolitana ocasionaram revisão do escopo do projeto, considerando aumento da capacidade de tratamento de esgoto, redução da rede de coleta e substituição das garantias.

As obras da Sanema sofreram impacto moderado decorrente da crise sanitária, particularmente o afastamento de trabalhadores com mais de 60 anos, sintomáticos ou que apresentavam comorbidades e com as dificuldades decorrentes dos prazos maiores na entrega de insumos e na obtenção de licenças.

Ao final de 2020, a infraestrutura em Maceió já contava com 32km de rede de esgoto, 95% das obras civis da Estação de Tratamento de Esgoto e a estrutura da Estação Elevatória Final 100% concluída.

A dimensão da ETE Caçador foi ampliada após a readequação de escopo do contrato e terá capacidade para receber e tratar 238 litros de esgoto por segundo, empregando o processo MBBR (Moving Bed Biofilm Reactor Anóxico), seguido de Decantador secundário, por via biológica, que apresenta eficiência superior a 90% na remoção de matéria orgânica. Com 82km de extensão, a rede cobrirá 100% dos domicílios do perímetro do contrato, beneficiando uma população de 73.250 habitantes, mas terá capacidade de atendimento a 130 mil pessoas, crescimento previsto para os próximos 30 anos, período de vigência do contrato de Locação de Ativos, firmado entre a SANEMA e a CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas).

Saneamento Industrial

Além de prevenir a contaminação do solo, de águas superficiais, de lençóis freáticos e do ar, preservando os recursos naturais no presente e para as gerações futuras, o tratamento de efluentes industriais reveste igualmente um aspecto de impacto econômico.

A complexidade e o custo de investimento no processo de tratamento tendem a motivar as empresas a buscar a terceirização do serviço, solução adotada por grande número de indústrias, independente do porte, assegurando que todo o processo seja operado por especialistas, dentro de estações de tratamento específicas para este fim nas instalações da empresa (onsite) ou em plantas de propriedade da terceirizada (offsite), respeitando as exigências legais para a destinação final dos resíduos.

Sanetrat Saneamento Salto-SP

A Sanetrat atua no tratamento de efluentes industriais e residenciais, atendendo clientes no estado de São Paulo para clientes Offsite, e em todo o Brasil para clientes Onsite.

Tendo ampliado a capacidade de operação para 492 mil metros cúbicos por ano, a empresa atende atualmente mais de 250 empresas públicas e privadas, ou municipalidades. Figuram entre seus clientes: Veolia-Proactiva, Baterias Moura, CSO Ambiental, Corpus Saneamento e Obras Ltda, Frutarom do Brasil, Iharabrás, JSP Brasil Ind. de plástico, AISIN automotivo, Ashland ind. de ingredientes, MM produtos alimentícios e Lonza do Brasil especialidades químicas.

Equipada para a realização de várias operações unitárias que incluem separação entre água e óleo, remoção de metais pesados – incluindo cromo hexavalente – e tratamento biológico por bateladas (SBR), a planta industrial da companhia está apta a tratar diferentes tipos de efluentes industriais, tais como soluções oleosas, soluções ácidas e alcalinas concentradas, metais pesados e alta carga orgânica, além de efluentes com traços de hidrocarbonetos e solventes clorados. A Sanetrat transporta, recebe e trata cada tipo de resíduo, reduzindo seu nível de toxicidade até o padrão de esgoto doméstico, para envio à estação de tratamento na Sanesalto, após análise dos parâmetros físico-químicos e biológicos dos efluentes para atender às exigências da legislação ambiental para o descarte final.

2020: A Sanetrat obteve a certificação ISO 9.0001 em meio aos impactos da crise sanitária e econômica

A empresa sentiu o impacto da pandemia na redução do volume de efluentes recebidos para tratamento motivada pela queda de produção da indústria, que causou retração no faturamento da empresa. Em meio às dificuldades da crise sanitária e econômica, a empresa não demitiu funcionários e concluiu o processo de implantação do Sistema de Gestão da Qualidade obtendo sucesso na certificação pela norma ISO 9001:2015. Em 2019, a Sanetrat obteve a Acreditação do Laboratório pelo Inmetro na norma ISO 17025:2017, renovada em 2020.

Com os novos contratos de Teresina e Belém, duas capitais importantes, consolidamos nossa experiência na gestão de iluminação pública.

O LED “sai de graça”. A efficientização energética dos parques de iluminação pública e prédios públicos hoje é um mecanismo de economia de energia com efetiva redução de gastos para a sociedade, e a economia é suficiente para pagar os investimentos.

Os sistemas de iluminação pública representam 3,3%* de toda a energia consumida no Brasil. Até 2015, o investimento em LED era considerado um luxo. Este paradigma foi abandonado com o advento das PPPs de iluminação pública e o aporte de investimentos em novas tecnologias que melhoram a qualidade da iluminação e reduzem significativamente o consumo de energia, minorando o gasto do Poder Público no setor. *

A velocidade da urbanização no mundo atual exige soluções inovadoras que representam novas oportunidades para a gestão pública. Segurança pública e qualidade de vida são alguns dos aspectos hoje relacionados à iluminação pública. Os sistemas de telegestão, que possibilitam integrar à rede de iluminação pública diversos sistemas de monitoramento, segurança e controle de tráfego, já preparam os municípios para uma realidade que se avizinha: as cidades inteligentes e conectadas. Em linha com essa tendência, a CONASA privilegia um conceito moderno e sustentável em soluções integradas para cidades inteligentes.

*Fonte: EPE Empresa de Pesquisa Energética, Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2020 (<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/anuario-estatistico-de-energia-eletrica>)

Luz de Belém

Concessão de iluminação pública | 2021 a 2034 (prazo estimado)

Município | Belém - PA

Investimentos Estimados | R\$ 80 milhões

Pontos de iluminação | 92mil

Segunda capital do país em que a Conasa assume o compromisso de modernização, manutenção e operação do parque de iluminação pública, Belém se abre para a inovação tecnológica das “smart cities”.

Com o compromisso de substituir mais de 90 mil pontos pela tecnologia LED e de expandir o parque para 101 mil pontos ao longo dos 13 anos de concessão, o Consórcio Luz de Belém II venceu o leilão de 06 de novembro na B3, em São Paulo, ao propor tarifa 65,5% inferior ao valor máximo previsto no edital. Além do aporte de novas tecnologias de telegestão, o município de 1,5 milhão de habitantes (estimativa IBGE 2020) receberá projetos de iluminação especial em cerca de 40 pontos turísticos. O consórcio vencedor da licitação, que concorreu com sete outros participantes, é composto por mais duas empresas: Zetta Infraestrutura e Participações e Ello Serviços, Obras e Participações.

Os estudos para a concessão foram desenvolvidos pela Caixa Econômica Federal no âmbito do Fundo de Apoio a Estruturação de Projetos de Concessão e PPP (FEP), com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), da Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos (SPPI) e do International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial.

Teresina Luz
Concessão de iluminação pública
2020 a 2040
Município | Teresina - PI
Investimentos | R\$ 110 milhões
Pontos de iluminação | 98,5 mil

A capital do Piauí inicia a modernização de seu parque de iluminação: R\$110 milhões em investimentos nos primeiros dois anos, com a migração para LED e mais qualidade no serviço à população.

Após aprovação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, a Teresina Luz iniciou o contrato de concessão com o município em 1º de setembro de 2020, marcando a expansão da Conasa no Nordeste do país. A empresa venceu a concorrência que inclui a modernização, expansão, operação e manutenção da rede de iluminação pública da cidade, que conta 870 mil habitantes (estimativa IBGE 2020). Entre setembro e dezembro de 2020, 6.445 luminárias de LED já haviam sido instaladas e a meta é finalizar a substituição de todo o parque em 2021.

O modelo de PPP de Iluminação Pública de Teresina, pautado na avaliação de indicadores de desempenho, foi o primeiro estruturado pelo BNDES dentro do seu programa de concessões e já é referência para outros municípios, e terá a EY como verificadora independente.

Urbeluz Energética

Com forte presença desde 2014 no mercado de Eficientização Energética de parques de Iluminação Pública e Prédios Públicos, a Urbeluz Energética S.A. foi a primeira empresa no país a firmar contratos de Parceria Público Privada (PPP) para iluminação pública.

Presente com projetos desenvolvidos em mais de 150 cidades em 8 estados e no Distrito Federal, atualmente a empresa responde pela operação, ampliação, modernização e gestão de iluminação pública por meio de Parcerias Público Privadas (PPP) em três municípios: Caraguatatuba (SP), São João de Meriti (RJ) e Mauá (RJ), além de contratos de gestão do parque de iluminação de Campos dos Goytacazes (RJ), Rio das Ostras (RJ) e Boa Vista (RR).

PPP - Parcerias Público-Privadas Conasa | Urbeluz

Caraguá Luz
Concessão de iluminação pública
2015 a 2028
Município | Caraguatatuba - SP
Investimentos | R\$ 75 milhões
Pontos de iluminação | 24,7 mil

Primeira PPP com contrato de concessão de iluminação pública integralmente executado no Brasil, a Caraguá Luz completa 5 anos como referência do setor no país.

Os investimentos previstos foram concluídos nos três primeiros anos de contrato, com a modernização de 19.987 pontos de iluminação pública. Ao final de 2020, considerando o crescimento vegetativo e a demanda reprimida pelos serviços de iluminação pública, a cidade já contava com um parque de 24.740 luminárias, sendo 21.432 com tecnologia LED. A redução média do consumo de energia elétrica observada no município desde 2015 foi de 54%, superando a meta de 30% estabelecida inicialmente pelo contrato. Em 2020 iniciou-se a primeira revisão quinquenal do contrato de concessão, que avalia as variações registradas ao longo dos primeiros cinco anos em relação às premissas adotadas na origem do contrato. Esse processo resultará no reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação de metas para os próximos anos.

A companhia manteve integralmente ao longo do ano as atividades de operação e manutenção do sistema de iluminação pública, respeitando os protocolos impostos pela pandemia de COVID-19.

Alegrete Participações
Concessão de iluminação pública
2014 a 2039
Município | São João de Meriti - RJ
Investimentos | R\$ 118 milhões
Pontos de iluminação | 23,4 mil

Primeiro município brasileiro a investir em uma Parceria Público-Privada de Iluminação Pública, São João de Meriti inovou a incluir a gestão energética de prédios públicos na PPP.

A cidade já conta com 90% do parque em LED, o que corresponde à integralidade do contrato inicial de concessão firmado com a empresa, resultando em 64% de redução no consumo de energia em relação ao início do contrato. Com a modernização e os investimentos realizados nos últimos dois anos, os pedidos de manutenção caíram 62%, passando de 1.300 para 500 ao mês. A população do município recebeu com satisfação a iluminação em LED.

Mauá Luz
Concessão de iluminação pública
2016 a 2051
Município | Mauá - SP
Investimentos | R\$ 84 milhões
Pontos de iluminação | 28 mil

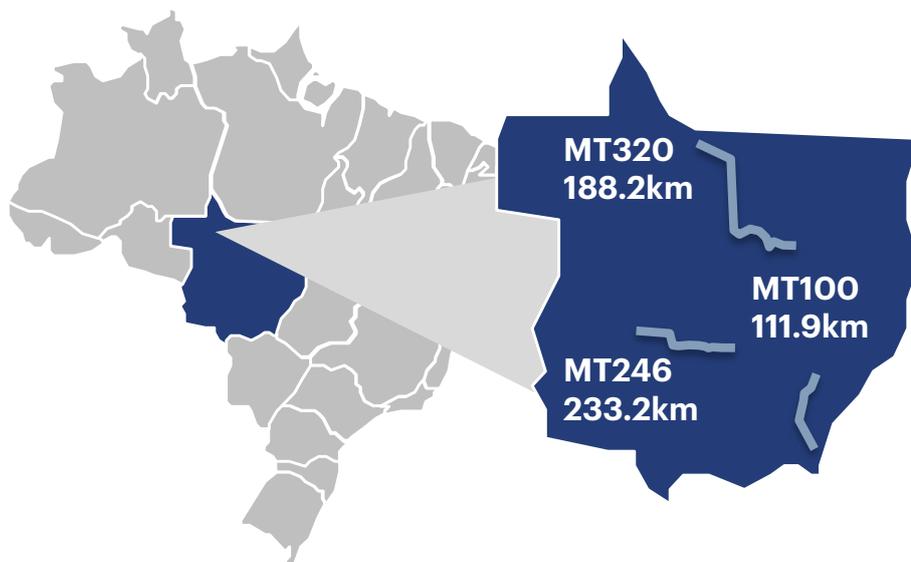
A criação da Mauá Luz, em 2016, reuniu a Conasa (20%) às empresas Brasiluz (60%) e FM Rodrigues (20%) no propósito de atender ao município de Mauá na modernização, gestão e manutenção de seu parque de iluminação pública.

Dos 28.000 pontos de iluminação pública de Mauá, município da região do ABC Paulista, mais de 25.000 já foram substituídos pela tecnologia LED, em pouco mais de três anos de contrato, totalizando 90% do parque já modernizado.

Com o novo trecho da MT246, a Conasa Rodovias cada vez mais presente na modernização da quarta maior malha rodoviária do mundo.

A integração de mais um trecho ao portfólio de rodovias administradas pelo Consórcio Via Brasil vai consolidando a experiência e participação da Conasa no sistema rodoviário brasileiro, por onde trafega atualmente 61% do volume de cargas transportadas no país, segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT)¹.

¹ <https://www.cnt.org.br/boletins>



Via Brasil MT246

Interliga as cidades de Jangada e Itanorte

Concessão de rodovia estadual | 2021 a 2056

Rodovia | MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480

Extensão | 233,2 km

Investimento Estimado | R\$ 736 milhões

Trecho | Jangada - Itanorte

Via Brasil expande seus investimentos no Estado do Mato Grosso com a concessão da MT-246, passando a figurar entre os principais operadores de rodovias do Centro-Oeste.

A região consolida-se como um cluster de investimento da Conasa para o desenvolvimento das rodovias do agro no Mato Grosso. A licitação ocorreu em novembro em leilão realizado na B3, em São Paulo. A concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de 233 km da rodovia MT-246 é a terceira rodovia do grupo no Mato Grosso. A modernização da rodovia, que alimenta rotas de escoamento da produção agrícola, virá contribuir para o desenvolvimento da região, grande produtora de grãos no Estado, oferecendo mais segurança e trafegabilidade aos usuários. Dentre as melhorias previstas, figuram a recuperação da estrada e a implantação de acostamentos, passarelas e sinalização.

Via Brasil MT100

Interliga as cidades de Alto Araguaia e Alto Taquari à divisa do Estado de Mato Grosso do Sul, com pedágio operando desde dezembro de 2019

Concessão de rodovia estadual 2018 a 2048

Rodovia | MT-100

Extensão | 111,90 km

Investimento Estimado | R\$ 360 milhões

Trecho | Divisa MT/MS - Alto Taquari - Acesso BR 364 (Perímetro urbano de Alto Araguaia, Divisa MT/GO)

Integralmente recuperado e funcional, o trecho de rodovia administrado pela Via Brasil MT100 encurta a rota entre Mato Grosso e o Porto de Santos em até 120 km e estimula o crescimento da região.

Até 2023 a rodovia receberá novos investimentos em melhorias como a implantação de acostamentos, implantação da 3ª faixa, manutenção do pavimento e construção e readequação de rotatórias e intersecções.

A rodovia oferece estrutura de atendimento ao usuário, com área de descanso, banheiros, fraldário, água potável, acesso à comunicação e central de informações. Os usuários também contam com serviços de guincho, telefone de emergência, atendimento pré-hospitalar, inspeção de tráfego, combate a incêndios e captura de animais na pista.

Após a renovação, o tráfego da rodovia foi 15% superior ao previsto no edital, revelando a existência de forte demanda reprimida na região.

Via Brasil MT320

Compreende trechos de duas rodovias do Estado de Mato Grosso que interligam as cidades de Nova Santa Helena, Colíder, Nova Canaã do Norte, Carlinda e Alta Floresta.

Concessão de rodovia estadual | 2018 a 2048

Rodovia | MT-320 e MT-208

Extensão | 188,2 km

Investimento Estimado | R\$ 220 milhões
Trecho MT-320 | BR-163 (Nova Santa Helena) - Colíder - Acesso MT-208 (Carlinda)

Trecho MT-208 | MT-320 – MT-325 B (perímetro urbano de Alta Floresta)

Com revitalização finalizada e inauguração das praças de pedágio, a Via Brasil MT320 entrou em operação no segundo semestre de 2020.

A fim de assegurar o investimento inicial de R\$ 71 milhões e acelerar a conclusão das obras, a Via Brasil obteve emissão de debêntures no valor de R\$ 40 milhões, estruturada pelo Banco ABC. Os recursos, somados ao aporte de R\$ 45 milhões pelos acionistas, viabilizaram a recuperação de pavimento, restauração de elementos estruturais, revitalização de sinalização, inclusão de dispositivos de segurança e regularização de acostamentos. As três praças de pedágio instaladas nas rodovias MT-320 e MT-208, na região norte do estado, começaram a operar em outubro de 2020.

Trata-se da principal rota para interligar os municípios das regiões Norte e Noroeste de Mato Grosso com a rodovia federal BR-163, o maior eixo de transporte e escoamento da produção do Estado.

A rodovia oferece estrutura de atendimento ao usuário, com área de descanso, banheiros, fraldário, água potável, acesso à comunicação e central de informações. Os usuários também contam com serviços de guincho, telefone de emergência, atendimento pré-hospitalar, inspeção de tráfego, combate a incêndios e captura de animais na pista.

Pessoas

Proteger a saúde dos trabalhadores adotando os protocolos de saúde e segurança, intensificar a comunicação interna para conscientizar e tranquilizar as equipes e acompanhar as medidas necessárias para adaptação às novas condições de trabalho foram os principais desafios na gestão de pessoas em 2020.

Ao longo do ano, nossas equipes precisaram se adaptar às novas condições de trabalho em função da crise sanitária, tanto presencialmente como à distância. As atividades das unidades não sofreram interrupção, por constituírem serviços essenciais à população. Os procedimentos de trabalho foram adaptados às medidas protetivas e a comunicação interna foi intensificada. Adotamos todas as medidas ao nosso alcance para proteger o emprego e encerramos o ano sem nenhuma demissão decorrente dos impactos da pandemia de COVID-19.

Em 2020, três novos talentos de expressão no mercado vieram integrar o nosso time de executivos, agregando experiência e valor às atividades do Grupo.

Ricardo Barra | Com sólida experiência em gestão de projetos de engenharia, PPP e Concessão de rodovias, desenvolveu sua carreira nas empresas CONCER, Minas Arena, Consórcio Construtor BR040, Consbras e Construcap, Ricardo assumiu em outubro a Diretoria de Engenharia e Operações do Grupo Conasa.

João Garcia Couri Neto | Com dez anos de experiência de gestão em Concessionárias de Rodovias, foi diretor administrativo financeiro da Kart e diretor financeiro na Invepar Rodovias, João assumiu como CEO do Consórcio Via Brasil em julho.

Fernando Milléo | Com dezoito anos de experiência em Operação de Rodovias, foi diretor de operações da Rota do Oeste, Fernando assumiu a Diretoria de Engenharia e Operações do Consórcio Via Brasil em julho.

Nosso quadro de colaboradores passou de 410 para 538 colaboradores, distribuídos entre as unidades que compõem o grupo, gerando 128 novos empregos num período de instabilidade e aumento do desemprego no país.

A igualdade de oportunidade de emprego foi e continuará sendo um princípio fundamental do Grupo Conasa, onde o desenvolvimento interno é baseado em habilidades técnicas, pessoais e qualificações. Todos os novos colaboradores receberam treinamentos e instruções referente às atividades, conforme o procedimento da empresa.

A igualdade de oportunidade de emprego foi e continuará sendo um princípio fundamental do Grupo Conasa, onde o desenvolvimento interno é baseado em habilidades técnicas, pessoais e qualificações. Todos os novos colaboradores receberam treinamentos e instruções referente às atividades, conforme o procedimento da empresa.

Segurança no trabalho

A preocupação com a segurança é um ponto central para a empresa, que conta com equipes dedicadas em cada unidade. Anualmente os principais fatores relacionados à saúde ocupacional e à segurança são identificados

e revisados, mantendo sempre atualizados os mapas de risco e os procedimentos de segurança apropriados a cada atividade, com a programação de treinamentos sobre os procedimentos de segurança, a conduta adequada e o uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecidos pela empresa. Periodicamente, inspeções de segurança vêm controlar o uso dos EPIs e registrar a conformidade nas atividades operacionais, de acordo com a política de qualidade de cada unidade do Grupo.

Os casos de acidente são tratados de acordo com os procedimentos pré-estabelecidos, conforme as normas vigentes, bem como comunicados aos órgãos competentes. Em 2020 não registramos nenhum acidente trabalho. Registramos cinco acidentes de trajeto em nossas unidades, com afastamento laboral, e os colaboradores envolvidos retornaram ao trabalho sem nenhuma seqüela.

COLABORADORES

EMPRESA	SEGMENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CONASA Infraestrutura	Holding	17	25	42
Águas de Itapema	Saneamento	61	13	74
Sanesalto	Saneamento	25	6	31
Sanetrat	Saneamento	6	6	12
Sanema	Saneamento	2	1	3
Urbeluz	Energia	59	4	63
Alegrete	Energia	23	2	25
CaraguaLuz	Energia	13	2	15
Via Brasil	Rodovias	116	157	273
Total		322	216	538

CONTRATAÇÕES EM 2020

EMPRESA	SEGMENTO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CONASA Infraestrutura	Holding	6	4	10
Águas de Itapema	Saneamento	10	0	10
Sanesalto	Saneamento	5	0	5
Sanetrat	Saneamento	0	1	1
Sanema	Saneamento	0	1	1
Urbeluz	Energia	14	0	14
Alegrete	Energia	1	0	1
CaraguaLuz	Energia	1	0	1
Via Brasil	Rodovias	68	106	174
Total		105	112	217

2020

Destques Financeiros

Desempenho Financeiro

Os valores estão expressos em milhares de reais.

A Companhia adotou uma estratégia de diversificação em setores de atuação, iniciando atuação em energia e rodovias, e crescimento em projetos de infraestrutura. Tal estratégia teve e terá impactos significativos no desempenho financeiro da Companhia.

Enquanto os exercícios de 2018-2019 foram marcados por novos negócios e captações financeiras para execução dos investimentos - onde destacam-se: i. captação de R\$ 100.000 em debêntures da Águas de Itapema e expansão das redes de esgoto e capacidade de tratamento de água; ii. contratação do financiamento da Sanema de até R\$ 133.000 e contratação do EPC para execução da obra de R\$ 170.000; iii. assinatura dos contratos de

concessão da Via Brasil MT100 e MT320; e iv. vitória da PPP da TeresinaLuz -, 2020 começa a refletir os resultados do crescimento, com a conclusão dos investimentos.

E a Companhia continua no processo de crescimento com 3 novos contratos: Via Brasil MT 246, Luz de Belém e Consórcio FEC.

Receitas

A receita líquida encerrou 2020 em R\$ 282.620 contra R\$ 230.706 em 2019, fruto do aumento de receitas diretas de R\$ 154.938 em 2019 para R\$ 183.911 em 2020 em decorrência do aumento orgânico nos contratos operacionais, fruto do aumento das receitas de construção, em decorrência do aumento de investimento do ano, e fruto do aumento da remuneração do ativo financeiro, reflexo do aumento da base de ativos.

Além do aumento de receita líquida consolidada observado, a Via Brasil MT 100 encerrou o exercício com receita bruta de tarifas de pedágio de R\$ 48.359 ante R\$ 3.286 em 2019 (operação somente em dezembro de 2019), e a Via Brasil MT 320 encerrou o exercício com receita bruta de tarifas de pedágio de R\$ 6.049, com início de operação ao final de outubro, resultados esses que não são consolidados nas Demonstrações Financeiras da Conasa, que detém 40% de tais empresas.

¹ Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

² Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido.

³ A Companhia também divulga o EBITDA ajustado excluindo os efeitos das margens de construção, reconhecidas na implantação dos Ativos Intangíveis e Financeiros, conforme o caso. A margem de construção tenderia a aumentar o EBITDA, mas seu resultado só será observado no longo prazo e já se faz demonstrado na Amortização do Ativo Financeiro.

Custos e Despesas

Os custos sofreram uma queda, de R\$ 143.598 em 2019 para R\$ 130.566 em 2020. A queda decorre do custo de construção de R\$ 76.789 em 2019 contra R\$ 64.770 em 2020, que reflete dos investimentos realizados pelas concessionárias.

O Lucro Bruto cresceu de R\$ 87.108 em 2019 para R\$ 152.054 em 2020.

EBITDA

A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

O EBITDA Ajustado Consolidado encerrou 2020 em R\$ 111.639 contra R\$ 71.898 em 2019, fruto do aumento de receitas.

Em 2020 a margem EBTIDA ajustada cresceu para 61,28% contra 48,45% em 2019.

A Companhia apresenta os ajustes no EBITDA para melhor demonstrar os efeitos recorrentes das atividades operacionais, retirando efeitos puramente contábeis positivos ou negativos de cada ano ou efeitos não recorrentes, de modo a aproximar a demonstração financeira do resultado operacional das atividades.

EBITDA	2020	2019	2018
Lucro Líquido	57.746	11.411	3.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.521	11.836	15.909
Depreciação e Amortização	17.150	13.546	7.454
Resultado Financeiro	22.573	24.017	2.512
EBITDA	119.990	60.810	29.615
Amortização do Ativo Financeiro ¹	16.143	16.382	15.651
Efeitos não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas ²	6.379	144	16.658
Efeitos Metodo POC ³	(30.873)	(5.438)	-
EBITDA Ajustado	111.639	71.898	61.924
Margem EBITDA Ajustado	61,28%	48,45%	50,52%

Lucro Recorrente e Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 57.746 no ano de 2020, ante a R\$ 11.411 em 2019.

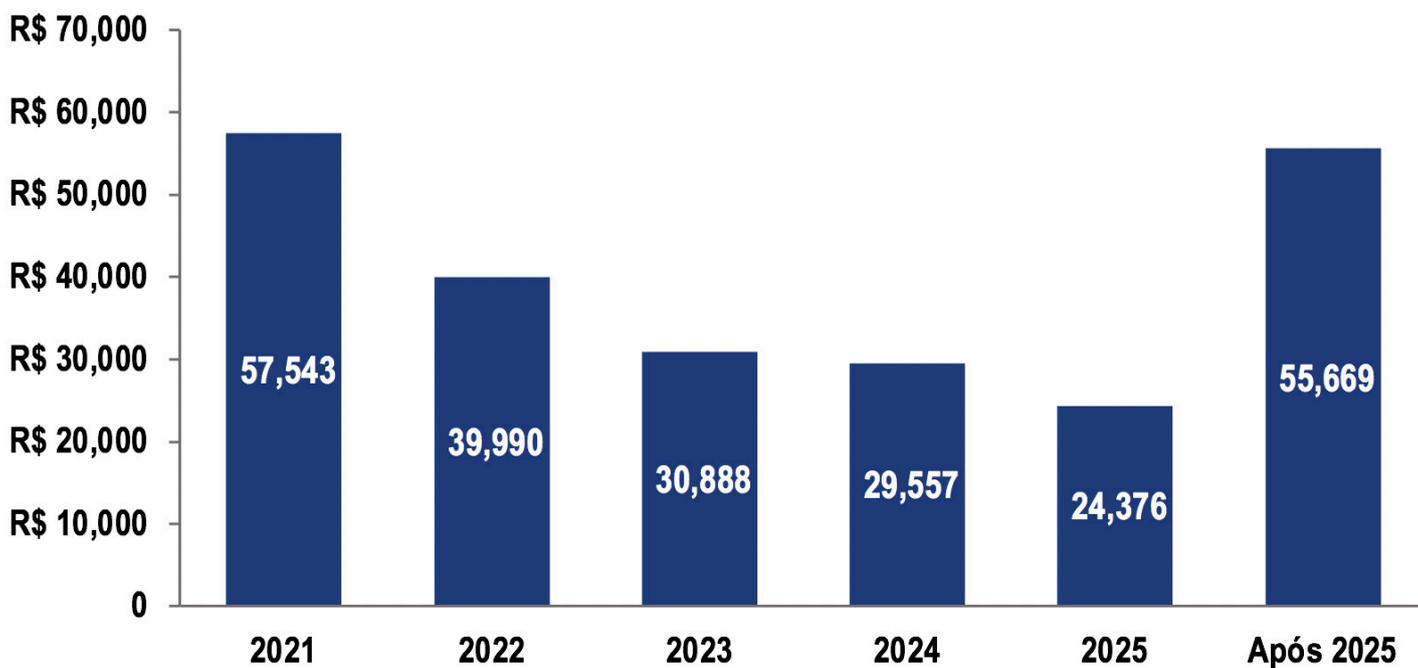
O lucro recorrente da Companhia encerrou 2020 em R\$ 64.125 contra R\$ 11.555 em 2019.

	2020	2019	2018
Lucro Líquido	57.746	11.411	3.740
Efeitos não recorrentes em receitas	-	-	-
Receita da Conasa pela implantação do Built to Suit, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.	-	-	-
Provisão de Receita da CaraguaLuz em razão de pleito administrativo sobre data de reajuste em 2016	-	-	-
Efeitos não recorrentes em custos	-	-	-
Custo da Conasa pela implantação do Built to Suit, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.	-	-	-
Efeitos não recorrentes em despesas	6.379	144	16.658
Impairment sobre indenização prevista pelos ativos não amortizados na caducidade da concessão da Águas de Santo Antônio	-	4.531	5.039
Creditos com Terceiros - Urbeluz	-	-	3.227
Reconhecimento da equivalência patrimonial referente a aquisição de 50,05% das ações da Sanesalto Saneamento S.A. e o respectivo controle.	-	418	-
Baixa de ativos da Urbeluz relacionados à Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada, as quais não avançaram para a fase de licitação da PPP	-	-	943
Baixa de precatórios detidos pela Urbeluz	-	-	1.331
Provisão de Receita da CaraguaLuz em razão de pleito administrativo sobre data de reajuste em 2016	-	-	648
PCLD - Alegrete	-	921	805
Adesão pela Urbeluz ao PERT com débitos referentes a 2013 e 2014 em discussão administrativa	-	-	4.665
Equivalência Patrimonial positiva da Sanesalto pela adesão ao PRT/PERT	-	-	-
Resultados com a adesão ao PRT/PERT (Multas)	-	-	-
Provisão de impairment da Mais Valia da Sanesul	-	31.867	-
Mais valia na aquisição de 100% da investida Sanesalto	-	(62.063)	-
Baixa da Mais Valia de 48,08% líquida da Sanesalto	-	23.963	-
Baixa por impairment de créditos tributários de ISS com o Município de Palhoça/SC discutido judicialmente com remota expectativa de recuperabilidade.	-	507	-
Parcelamento de ISS Consórcio Contrutor Catarinense (2007)	6.379	-	-
Efeitos não recorrentes em resultado financeiro	-	-	-
Resultados com a adesão ao PRT/PERT (Juros)	-	-	-
Reconhecimento IOF sobre operações entre partes relacionadas no PRT/PERT	-	-	-
Efeitos não recorrentes em impostos	-	-	-
Resultados com a adesão ao PRT/PERT	-	-	-
Provisão de Impostos Diretos da Conasa pela implantação do Built Sult, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.	-	-	-
Lucro recorrente	64.125	11.555	20.398

Passivos

Os passivos consolidados da Companhia de curto prazo se concentram na Controladora, pois foram captados recursos de valores expressivos para serem aplicados nos investimentos em novas concessões. Os financiamentos de longo prazo foram estruturados para realização de investimento pelas concessionárias. Águas de Itapema e Sanesalto, onde concentram maior parte da dívida consolidada, principalmente com as emissões de 2019.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Dívida Líquida/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2020	2019	2018
Lucro Líquido	57.746	11.411	3.740
Imposto de Renda e Contribuição Social	22.521	11.836	15.909
Depreciação e Amortização	17.150	13.546	7.454
Resultado Financeiro	22.573	24.017	2.512
EBITDA	119.990	60.810	29.615
Amortização do Ativo Financeiro ¹	16.143	16.382	15.651
Efeitos não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas ²	6.379	144	16.658
Efeitos Metodo POC ³	(30.873)	(5.438)	-
EBITDA Ajustado	111.639	71.898	61.924
Margem EBITDA Ajustado	61,28%	48,45%	50,52%
Dívida Bruta	238.023	191.063	56.981
Disponibilidades	29.638	35.569	3.116
Conta Reserva	3.226	2.588	-
Dívida Líquida	205.160	152.906	53.865
Dívida Líquida EBITDA Ajustado	1,84 x	2,13 x	0,87 x

¹ Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

² Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido.

³ A Companhia também divulga o EBITDA ajustado excluindo os efeitos das margens de construção, reconhecidas na implantação dos Ativos Intangíveis e Financeiros, conforme o caso. A margem de construção tenderia a aumentar o EBITDA, mas seu resultado só será observado no longo prazo e já se faz demonstrado na Amortização do Ativo Financeiro.

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

O aumento do indicador nos últimos anos se deu essencialmente pelas emissões de Debêntures realizada em Águas de Itapema e Sanesalto, assim como recursos captados para investimentos em novas concessões pela controladora. Tais financiamentos foram alocados para investimento, no caso da Águas de

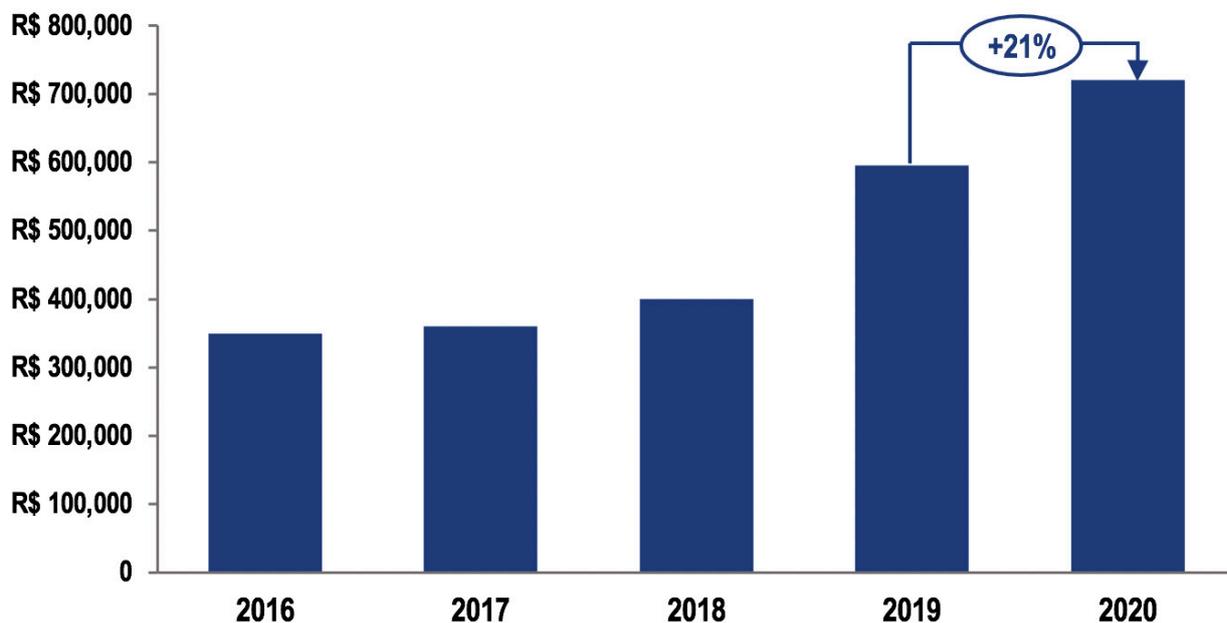
Itapema, que permitirá aumento das receitas nos anos seguintes, e realavancagem, no caso da Sanesalto, com maior prazo de pagamento da dívida e permitiu a conclusão do processo de aquisição da investida iniciado em 2012.

Ativos

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

O aumento do indicador nos últimos anos se deu essencialmente pelas emissões de Debêntures realizada em Águas de Itapema e Sanesalto, assim como recursos captados para investimentos em novas concessões pela controladora. Tais financiamentos foram alocados para investimento, no caso da Águas de Itapema, que permitirá aumento das receitas nos anos seguintes, e realavancagem, no caso da Sanesalto, com maior prazo de pagamento da dívida e permitiu a conclusão do processo de aquisição da investida iniciado em 2012.

Ativos IFRS (R\$ k)



Considerações Adicionais **Audidores Independentes**

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2018, 2019 e 2020.

A remuneração dos auditores no exercício de 2020 foi de R\$ 180 pela auditoria da Companhia, somado ao valor de R\$ 515 pela auditoria de sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria.

Cláusula Compromissória

A CONASA está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Balço patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado		
		2020	2019	2020	2019		2020	2019	2020	2019	
Circulante		15.065	17.303	102.442	114.340	Circulante	46.603	13.913	133.577	86.711	
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.629	297	29.638	35.569	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	31.665	2.656	57.543	25.752
Contas a receber de clientes	5	1.825	1.200	27.646	23.128	Fornecedores	17	929	1.320	32.143	32.401
Títulos de valores mobiliários	10	7.119	4.191	-	-	Passivo de arrendamentos	16	-	-	1.721	1.587
Ativo financeiro	15	-	-	23.853	16.409	Salários e encargos sociais a pagar	20	431	313	3.428	3.450
Impostos a recuperar	6	604	1.011	6.362	8.832	Encargos tributários a pagar	19	71	699	11.226	10.269
Ativos destinados à aplicação nas concessões e se	7	-	-	4.173	3.559	Impostos e contribuições parcelados	21	731	370	13.902	8.878
Adiantamentos	8	161	145	4.038	9.043	Partes relacionadas	9	11.397	7.524	6.885	1.206
Partes relacionadas	9	769	10.319	5.990	17.226	Adiantamentos de clientes	22	150	714	269	930
Outros ativos circulantes		121	54	742	574	Dividendos propostos	24.4	914	317	5.018	1.178
Dividendos a receber	12.b	2.837	86	-	-	Demais contas a pagar		315	-	1.442	1.060
Não circulante		276.045	223.347	615.451	481.268	Não circulante	13.306	8.961	260.228	231.364	
Ativo financeiro	15	-	-	198.381	97.344	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	6.518	2.922	180.480	165.311
Partes relacionadas	9	15.337	6.985	25.833	21.973	Passivo de arrendamentos	16	-	-	12.819	12.795
Títulos de valores mobiliários	10	10.968	11.067	34.915	34.326	Impostos e contribuições parcelados	21	1.451	1.470	33.119	34.138
Impostos a recuperar	6	-	-	2.852	5.187	Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	22	-	-	24.222	11.620
Outros ativos não circulantes	11	164	17	1.150	975	Pis e Cofins diferidos	22	-	-	8.474	4.116
						Partes relacionadas	9	4.597	4.236	7	2.277
						Perda com investimentos	12	460	53	-	-
						Provisão para contingências	23	280	280	1.107	1.107
						Patrimônio líquido atribuído aos controladores		231.201	217.776	231.201	217.776
Investimentos	12	248.188	204.141	49.964	23.942	Capital social	24.1	167.338	167.338	167.338	167.338
Imobilizado	13	1.183	926	13.238	13.637	Reserva de capital	24.5	(2.505)	(2.505)	(2.505)	(2.505)
Intangível	14	205	211	272.901	266.144	Reservas legal	24.3	3.613	2.651	3.613	2.651
Direito de uso	16	-	-	16.217	17.740	Reservas de lucros	24.2	62.755	50.292	62.755	50.292
						Participações de não controladores		-	-	92.887	59.757
Total do ativo		291.110	240.650	717.893	595.608	Total do patrimônio líquido		231.201	217.776	324.088	277.533
						Total do passivo e patrimônio líquido		291.110	240.650	717.893	595.608

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019 (Reapresentado) (nota 3.10)
Receita operacional líquida	25	461	371	282.620	230.706
Custos dos serviços prestados	26	(192)	-	(130.566)	(143.598)
Lucro bruto		269	371	152.054	87.108
Receitas (despesas) operacionais		15.429	563	(49.214)	(39.844)
Despesas gerais e administrativas	27	(12.757)	(10.061)	(35.763)	(33.761)
Despesas comerciais	27	(110)	(150)	(9.809)	(5.737)
Outras receitas (despesas) líquidas	28	6.232	10.622	(2.817)	731
Resultado com equivalência patrimonial	12.b	22.064	152	(825)	(1.077)
Resultado operacional antes dos resultados financeiros		15.698	934	102.840	47.264
Resultado financeiro	29	3.596	5.767	(22.573)	(24.017)
Despesas financeiras		(1.471)	(366)	(30.971)	(29.103)
Receitas financeiras		5.067	6.133	8.398	5.086
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		19.294	6.701	80.267	23.247
Imposto de renda e contribuição social	20	(51)	(32)	(22.521)	(11.836)
Corrente		(51)	(32)	(10.732)	(8.373)
Diferido		-	-	(11.789)	(3.463)
Lucro líquido do exercício		19.243	6.669	57.746	11.411
Atribuível aos controladores	31			19.243	6.669
Atribuível aos não controladores	31			38.503	4.742
Lucro por ação, básico e diluído - Em Reais	31			0,1150	0,0399

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	19.243	6.669	57.746	11.411
Total do resultado abrangente do exercício	19.243	6.669	57.746	11.411
Atribuível aos controladores	-	-	19.243	6.669
Atribuível aos não controladores	-	-	38.503	4.742

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

		Consolidado								
		Capital social	Transação de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Nota			Reserva legal	Reserva de retenção de	Reserva especial de				
Saldos em 31 de dezembro de 2018		167.338	(2.505)	2.318	42.366	5.658	-	215.175	17.000	232.175
Participação de não controladores por aquisição de controle em investidas	25.6	-	-	-	-	-	-	-	38.015	38.015
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	6.669	6.669	4.742	11.411
<i>Destinação:</i>										
Constituição da reserva legal		-	-	333	-	-	(333)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.4	-	-	-	-	-	(317)	(317)	-	(317)
Distribuição de dividendos	25.2	-	-	-	-	(3.751)	-	(3.751)	-	(3.751)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	6.019	-	(6.019)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		167.338	(2.505)	2.651	48.385	1.907	-	217.776	59.757	277.533
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	19.243	19.243	38.503	57.746
<i>Destinação:</i>										
Constituição da reserva legal	25.3	-	-	962	-	-	(962)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	25.4	-	-	-	-	-	(914)	(914)	-	(914)
Distribuição de dividendos	25.2	-	-	-	(246)	(1.907)	-	(2.153)	-	(2.153)
Distribuição de dividendos sobre reserva de lucros (Urbeluz)	12.b (a)	-	-	-	(2.751)	-	-	(2.751)	(5.373)	(8.124)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	17.367	-	(17.367)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		167.338	(2.505)	3.613	62.755	-	-	231.201	92.887	324.088

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	19.243	6.669	57.746	11.411
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização do intangível e direito de uso	101	111	14.329	12.715
Baixa do ativo imobilizado e intangível	4	-	105	342
Provisão para contingências	-	507	1.849	119
Juros apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	2.088	735	22.313	16.825
Juros e AVP apropriados sobre passivo de arrendamentos	-	-	1.423	2.222
Juros apropriados sobre parcelamentos	49	118	5.079	5.076
Amortização do custo de captação	-	-	568	-
Remensuração do ativo financeiro	-	-	(34.539)	(10.702)
Tributos diferidos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL)	-	-	16.960	6.720
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	(5.024)	(6.123)	(589)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	6.814	2.237
Provisão para perdas - Aguas de Santo Antônio	4.508	4.531	3.080	-
Impairment ativo intangível (nota 12.c)	-	31.867	-	31.867
Ganho por compra vantajosa (nota 12.d)	-	(38.100)	-	(38.100)
Resultado de equivalência patrimonial	(22.064)	(152)	825	1.077
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	(625)	(468)	(11.332)	(9.067)
Demais contas a receber e adiantamentos	(4.673)	(55)	(1.459)	107
Créditos tributários	407	(436)	4.805	(7.355)
Ativos destinados a aplicação nas concessões	-	-	(614)	1.864
Ativo financeiro (CIP) recebida	-	-	10.136	16.382
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	(391)	(188)	(258)	1.475
Encargos tributários a Pagar	(628)	(709)	957	(10.955)
Salários e encargos sociais a pagar	118	(194)	(22)	(389)
Impostos e contribuições parcelados	293	1.052	9.084	22.783
Adiantamentos de clientes	564	(439)	661	(242)
Demais contas a pagar	(1.587)	(1.499)	(757)	555
	(7.617)	(2.773)	107.164	56.967
Recebimentos de juros sobre títulos de valores mobiliários	698	-	-	-
Recebimento de juros sobre debêntures	-	9.097	-	9.097
Juros pagos sobre passivo de arrendamentos	-	-	(815)	(721)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.195)	(911)	(13.617)	(8.873)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(8.114)	5.413	92.732	56.470
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(362)	(68)	(21.415)	(48.801)
Recebimento de títulos e valores mobiliários	1.502	30.751	-	21.992
Ativo financeiro (receita de construção)	-	-	(100.455)	(32.934)
Dividendos recebidos	86	503	-	-
Aumento de capital nas investidas	(23.807)	(24.940)	(19.227)	(7.859)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(22.581)	6.246	(141.097)	(67.602)
Terceiros:				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	30.000	-	53.917	100.593
Custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(131)	(7.617)
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.088)	(2.695)	(21.033)	(22.813)
Amortização do passivo de arrendamentos	-	-	(1.104)	(1.128)
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	5.432	(4.948)	10.785	(25.450)
Lucros distribuídos	(317)	(3.751)	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	32.027	(11.394)	42.434	43.585
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.332	265	(5.931)	32.453
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	297	32	35.569	3.116
Final do exercício	1.629	297	29.638	35.569
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.332	265	(5.931)	32.453

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019 (Reapresentado) (nota 3.10)
Receitas de prestação de serviços	484	385	273.300	234.301
Remuneração do ativo financeiro	-	-	19.829	10.064
Outros resultados	10.374	9.679	6.105	6.199
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.814)	(1.828)
	10.858	10.064	292.420	248.736
Insumos adquiridos de terceiros	(12.812)	(5.489)	(140.552)	(155.835)
Produtos químicos consumidos	-	-	(1.911)	(1.714)
Materiais consumidos	-	-	(9.212)	(6.709)
Energia elétrica	(69)	(83)	(18.812)	(24.714)
Outros custos de produtos e serviços	-	-	(12.299)	(11.714)
Custo de construção	(192)	-	(64.770)	(69.504)
Serviços de terceiros contratados	(6.434)	(4.143)	(24.062)	(22.366)
Perdas na realização e recuperação de ativos	(4)	-	(501)	(1.053)
Outras despesas operacionais	(6.113)	(1.263)	(8.985)	(18.061)
Valor adicionado bruto	(1.954)	4.575	151.868	92.901
Depreciações e amortizações	(101)	(111)	(14.330)	(12.715)
Valor adicionado líquido	(2.055)	4.464	137.538	80.186
Resultado da equivalência patrimonial	22.064	152	(825)	(1.077)
Receitas financeiras	5.067	6.133	8.398	5.086
Valor adicionado total a distribuir	25.076	10.749	145.111	84.195
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	3.277	2.594	14.642	15.148
Remuneração Direta	2.678	2.230	11.352	12.184
Benefícios	427	252	2.315	1.943
FGTS	172	112	975	1.021
	3.277	2.594	14.642	15.148
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	739	643	41.917	28.427
Federais	717	628	37.705	24.888
Estaduais	16	15	295	173
Municipais	6	-	3.917	3.366
	739	643	41.917	28.427
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	349	482	858	1.182
Juros e variações monetárias	1.468	361	29.948	28.027
Distribuição de dividendos	914	317	-	317
	2.731	1.160	30.806	29.526
Lucro líquido do exercício não distribuído	18.329	6.352	19.243	6.352
Participação de não controladores	-	-	38.503	4.742
Total	25.076	10.749	145.111	84.195

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. (“Companhia”, “Conasa” ou “Grupo”) é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública e rodovias, com sede em Londrina/PR.

Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 20 empresas, sendo 12 concessões ou Parcerias Público Privadas (“PPPs”), além de 3 consórcios que se sagraram vencedores de concessões e contratos em 2020, conforme descrito a seguir:

Companhia Águas de Itapema (“Águas de Itapema”)

A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2044	Concessionária dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Itapema-SC

Nos exercícios de 2019 e 2020, a Águas de Itapema investiu R\$ 47.866 e R\$ 19.561 respectivamente, para ampliação dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgoto. Em dezembro de 2020, o Decreto 102/2020 autorizou reajuste tarifário de 12,14% a partir de 01 de fevereiro de 2021.

Sanesalto Saneamento S.A. (“Sanesalto”)

A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2032	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	Salto-SP

Em 2019, a Companhia encerrou o processo de aquisição iniciado em 2012, adquirindo os 50,05% restantes de ações. Com tal transferência de ações, a Companhia passou a deter 100% das ações da Sanesalto e a consolidar as demonstrações financeiras da controlada.

ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A (“ASB”)

Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceió Ltda. Ao final de 2019, a Conasa assumiu o controle da ASB, através de acordo de acionistas, consolidando por consequência ASB e Sanema.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sanema – Saneamento de Maceió Ltda. (“Sanema”)

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2021	2051	Contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto.	Maceió-AL

A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL - Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de locação dos ativos à CASAL por 30 anos após a entrega das obras, contratualmente prevista para setembro de 2021.

Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. (“Sanesul”)

A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas dessa concessionária.

Águas de Meriti Ltda. (“Águas de Meriti”)

A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti – RJ, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão tem prazo de duração de 30 anos.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2045	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário.	São João do Meriti-RJ

Em decorrência do atraso no início de operação da Águas de Meriti, indicando potencial desvalorização do ativo registrado na aquisição, a Companhia procedeu com a baixa contábil dos valores registrados de mais valia na Sanesul, detentora de 49% da Águas de Meriti.

Em 29 de dezembro de 2020, o Governo do Estado do Rio de Janeiro publicou Edital de concorrência para concessão da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal Edital confirma a validade do Contrato de Concessão da Águas de Meriti e possibilitará, conforme expectativa da Administração, a retomada da concessão.

Sanetrat Saneamento S.A. (“Sanetrat”)

A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos. Detém planta operacional em Salto – SP e planta em fase de licenciamento ambiental em Itapema – SC, já com terreno adquirido.

Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. (“Envimax”)

A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a atuação em engenharia ambiental, notadamente remediação e saneamento de solo e aquífero subterrâneo.

Em 2018, a Companhia deliberou pelo encerramento das atividades da Envimax, pelos resultados que tal empresa vinha apresentando nos anos anteriores.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Águas de Santo Antônio S.A. (“Águas de Santo Antônio”)

A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em 30 de abril de 2004.

Em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2034	Concessionária do sistema de abastecimento de água.	Santo Antônio de Pádua-RJ

Consórcio FEC (“Consórcio FEC”)

O Consórcio FEC, composto pela Conasa (25,44%), Etesco e Fast venceu a concorrência em agosto de 2020 para implantação de duas unidades recuperadoras da qualidade das águas (URQA) em áreas informais constantes do pacote do programa Novo Rio Pinheiros, o qual prevê intervenções de saneamento e socioambientais com o objetivo de recuperar o rio Pinheiros.

O contrato com a Sabesp prevê a implantação, operação e manutenção das URQAs que vão tratar o esgoto lançado nos córregos Jaguaré e Antonico, ambos afluentes do Pinheiros com vazões de 300L/s e de 180L/s respectivamente, sendo esta estratégia concebida para suprir a falta de espaço que impossibilita a implantação de sistema coletor, por meio de infraestrutura convencional.

O prazo previsto para a implantação é de até 22 meses, com operação e manutenção em um prazo total de 10 anos. O valor de contrato é de R\$ 87,4 milhões (não auditado) na modalidade de desempenho e conta com uma inovação tecnológica adicional pioneira no país, incorporando a oxidação de ozônio por Nanobolha ao processo convencional.

Urbeluz Energética S.A. (“Urbeluz”)

A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficiência energética.

A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico, concessionárias de Parcerias Público Privadas (“PPP”) de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, CaraguaLuz e MarabáLuz, destacadas abaixo.

Alegrete RJ Participações S.A. (“Alegrete”)

A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficiência do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2039.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2014	2039	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos do município	São João do Meriti- RJ

Caraguá Luz S.A. (“CaraguaLuz”)

A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, que tem como objeto a efficientização e gestão do parque de iluminação pública o município.

Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia formalizou o 2º termo de aditivo de contrato com a Prefeitura de Caraguatatuba, conforme definições do 1º reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato e consequente prorrogação do contrato por mais 13 anos.

Dentre as principais alterações estão o aumento na quantidade de luminárias a serem instaladas no parque de iluminação da cidade e a diluição do valor equivalente a 5 (cinco) contraprestações mensais cujo valor estava suspenso de faturamento, prevendo o pagamento fracionado ao longo do período do contrato, e novo ciclo de investimento e modernização.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2041	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública do município	Caraguatatuba-SP

Marabá Luz SPE S.A. (“MarabáLuz”)

Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP.

Mauá Luz Ltda. (“Mauá Luz”)

A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A concessão administrativa é de 35 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2016	2051	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública do município	Mauá - SP

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Teresina Luz Ltda. (“Teresina Luz”)

A Teresina Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Teresina-PI. A concessão administrativa é de 20 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em agosto de 2020.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2020	2040	Concessionária responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública do município	Teresina - PI

Foi impetrado mandado de segurança pela Zoponi, 2º colocado no processo concorrencial, em desfavor da Brasiluz Eletrificação e Eletrônica LTDA, líder do consórcio, sob o número 0830280-47-2019-818-0140, em trâmite na 1ª vara dos feitos da fazenda pública de Teresina/PI, com deferimento do pedido de tutela para suspensão do processo licitatório nº 042.002249/19 o processo licitatório nº 042.002249/19. No TJ/PI, o consórcio suspendeu os efeitos da decisão com o pedido de tutela nos autos do agravo de instrumento nº 0715483-90-2019-818-0000.

A Comissão de Licitação e o Tribunal de Contas do Estado do Piauí por unanimidade aprovaram a habilitação do consórcio e a Administração entende que o pedido da Zopone é improcedente.

Consórcio Luz de Belém (“Belém Luz”)

Em novembro de 2020, a Companhia participou como líder (50%) do leilão para PPP de iluminação pública de Belém – PA, projeto estruturado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e leilão promovido pela B3, sagrando-se vencedora. O contrato inclui a eficiência por LED de todo o parque de iluminação em até 24 meses, e a gestão do parque por 13 anos.

Início Estimado	Fim Estimado	Atividade	Cidade/UF
2021	2034	Consórcio vencedor da concessão responsável pela gestão e eficiência do parque de iluminação pública do município	Belém - PA

Construtora Luz de Mauá Ltda. (“Construtora LM”)

A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de eficiência energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas.

Conasa SPE S.A. (“CONASA SPE”)

A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 9 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT 100”)

A Via Brasil MT 100 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho da rodovia estadual MT100 entre os municípios de Alto Araguaia e Alto Taquari no Mato Grosso, assumindo a rodovia em 24 de setembro de 2018. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de duas praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 100 iniciou a cobrança do pedágio em dezembro de 2019.

Início	Fim	Atividade	UF
2018	2048	Concessionária responsável pela gestão de trecho da rodovia MT 100	Mato Grosso

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT 320”)

A Via Brasil MT 320 foi criada como sociedade anônima de propósito específico para gestão do trecho das rodovias estaduais MT320 e MT208 entre os municípios de Alta Floresta e Nova Santa Helena no Mato Grosso, com assunção da gestão das rodovias em 21 de maio de 2019. Após os investimentos previstos no primeiro ano da concessão, principalmente a implantação de três praças de pedágio e reforma do pavimento para garantia de trafegabilidade e segurança da via, a Via Brasil MT 320 iniciou a cobrança do pedágio em outubro de 2020.

Início	Fim	Atividade	UF
2019	2049	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT 320 e 208	Mato Grosso

Consórcio Via Brasil MT 246 (“Via Brasil MT 246”)

Em 26 de novembro de 2020, o Consórcio Via Brasil MT 246 sagrou-se vencedor do leilão do Lote 2-Tangará da Serra para concessão das rodovias estaduais MT-246, MT-343, MT-358 e MT-480 com 233,2 quilômetros de extensão, promovido na B3 pelo Governo do Estado de Mato Grosso. A concessão terá prazo de 30 anos e a expectativa da Administração é de assinatura do contrato em março de 2021.

O lote inclui um trecho de 233,2 km de rodovias entre Jangada e Itanorte, passando por Tangará da Serra. O contrato prevê investimentos estimados de R\$ 730 milhões (não auditado) e tem duração de 30 anos. A rodovia possui alta demanda do agronegócio e alimenta rotas de escoamento da safra..

Início Estimado	Fim Estimado	Atividade	UF
2021	2051	Concessionária responsável pela gestão de trechos das rodovias MT246, MT343, MT358 e MT480	Mato Grosso

1.1. Planos da Administração

A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente nos ramos de saneamento, iluminação pública e rodovias.

Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, principalmente durante as fases de investimento, necessidades de capital. A Companhia vem estruturando financiamentos para os investimentos das investidas e capitalizando-as, conforme necessidade.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A situação econômico-financeira de suas controladas e coligadas é verificada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa. A Companhia dará o suporte necessário para a continuidade operacional de suas controladas.

Os planos da Administração estão baseados nos planos de negócio de cada concessão que preveem fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão.

1.2. Reversão do capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 31.538 na controladora e R\$ 31.135 no consolidado. A característica de capital intensivo de infraestrutura, com alocação de capital para retorno dos investimentos em longo prazo, impõe eventuais deslocamentos entre passivos e resultados.

Os planos da administração incluem o aumento dos resultados já em 2021, como o reajuste de 12,14% da Águas de Itapema a partir de fevereiro de 2021 e o aumento do resultado com a expansão de esgoto, aumento do resultado da Via Brasil MT320 com o início de operação em outubro de 2020, início de operação da Sanema no final de 2021 e resultados com a conclusão de eficientização da Teresina Luz. Tais efeitos gerarão fluxo de caixa operacional para reversão do capital circulante negativo.

Outras ações poderão ser adotadas, como a obtenção de financiamentos de longo prazo e até a abertura de capital da Companhia, com a captação de recursos para crescimento.

Além da continuidade dos negócios, a Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia do COVID-19.

Os impactos da pandemia na Companhia e suas investidas foram limitados, com perda de receita marginal e aumento controlável da inadimplência. Além disso, houve atrasos na execução de investimentos previstos para o exercício de 2020, sem prejuízo aos contratos de concessão e obrigações previstas, mas com postergação dos resultados oriundos de tais investimentos.

As informações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a apresentação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2021.

3. Apresentação das informações contábeis:

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.5.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) e ativos intangíveis tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.7.

3.3. Base de consolidação

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada, incluídas na consolidação são como segue:

	Participação acionária	
	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretas		
Águas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	89,91%
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	100,00%	100,00%
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%	34,03%
Controladas indiretas (**)		
Alegrete RJ Participações S.A.	50,00%	50,00%
Caragua Luz S.A.	27,50%	30,00%
Sanema Saneamento de Maceió Ltda.	33,33%	33,33%
Coligadas (*)		
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	20,00%
Teresina Luz S.A.	33,33%	-
Via Brasil MT-100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	40,00%
Via Brasil MT-320 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	40,00%
Coligadas indiretas (*)		
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%

(*) Empresas que não consolidam nestas demonstrações financeiras.

(**) A ASB (controladora da Sanema) e a Urbeluz (controladora da Alegrete Participações e Caraguá Luz) são controladas mediante controle adquirido através de acordo de acionistas, motivo da consolidação dos saldos.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais.

3.5. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.5.1. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição, e somente quando há aquisição.

O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participação de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", se existirem.

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária relevante que lhe assegura direito de influência na gestão via Assembleia, Conselho de Administração ou Diretoria, mas sem controle individual sobre tais órgãos.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas e/ou empréstimos em conta corrente são demonstrados no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.3 Ativos e passivos financeiros

3.5.3.1 Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas na categoria de custo amortizado.

- Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (esses são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, ativos financeiros, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber.

3.5.3.2 Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.5.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nesses casos são classificadas como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber”, histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.5 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços

Os ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação desses ativos é o da média ponderada móvel. Os custos desses ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Esses ativos são materiais destinados ao consumo, à alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como “ativo intangível em curso”. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.5.6. Ativos financeiros de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo financeiro”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por Lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público, não atrelado à demanda e tarifa de uso.

No reconhecimento inicial, o ativo financeiro de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão mensurados pelo valor justo. O valor justo é determinado pelo preço definido contratualmente, quando há, ou pelo custo de aquisição. Posteriormente, o ativo financeiro é apresentado pelo custo amortizado, sendo atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (“TRAF”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAF por meio de componentes internos de cada contrato e de mercado. Essa taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da contraprestação pecuniária que deve remunerar a infraestrutura.

3.5.7. Ativos intangíveis

a) Intangível - Contratos de concessão

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com poderes concedentes.

A Companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível, a depender das características da concessão, à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão e OCPC 05 – Contratos de concessão.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com os prazos dos contratos de concessão ou pela vida útil econômica dos bens, dos dois prazos o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo. Os Contratos de Concessão prevêem a reversão do ativo ao final do período contratual, fazendo com que a amortização ocorra até seu término. Em casos específicos que haja desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, ativos intangíveis não amortizados devem ser indenizados pelo Poder Concedente para reversão do ativo.

b) Mais valia em investimentos

A mais valia reconhecida na aquisição de controladas representa a diferença do valor justo dos ativos e passivos identificáveis no momento da aquisição, estando alocada no ativo intangível vinculada às concessão e é amortizada conforme a curva do benefício econômico esperado.

c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

3.5.8. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente escritórios e ativos não vinculados às concessões e PPPs ou não reversíveis ao final dessas. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil econômica estimada, como segue:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa de depreciação ao ano
Edificações	4%
Instalações	4%
Máquinas e equipamentos	10 %
Equipamentos de informática	20 %
Móveis e utensílios	10 %
Veículos	20 %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20 %

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

3.5.9. Impairment de ativos não financeiros

A administração testa anualmente seus ativos não financeiros para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados, ao menos anualmente, para a verificação de impairment. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.10. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06 (R2)/IFRS 16.

O Grupo determina a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento, utilizando-a para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

3.5.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.5.12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.5.13. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.5.14. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

Na apuração pelo regime de lucro real o imposto de renda e a contribuição social são calculados considerando a adição de despesas não dedutíveis, assim como a exclusão das receitas não tributáveis. Para a apuração no regime de lucro presumido na maioria das investidas é calculado a presunção das receitas em 32%, exceto as empresas equiparadas a construção civil onde a presunção é de 8% e 12% para imposto de renda e contribuição social respectivamente.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A administração do Grupo avalia anualmente através de seus planos de negócios, assim como o ano atual e a situação econômica das investidas, qual é o melhor regime tributário a ser aplicado em cada uma. A controladora aptou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o regime tributário de Lucro Presumido, assim como para o exercício de 2019.

3.5.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.5.16. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

- a) **Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros conforme juros obtidos através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.
- b) **Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1)/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula, exceto em casos que o contrato estabeleça de forma objetiva o valor contratual envolvido, como no caso da controlada Sanema, estabelecendo margem entre o valor do contrato e o custo orçado. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.
- c) **Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor efetivamente recebido.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5.17. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.5.18. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

3.6. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga espontaneamente sua demonstração do valor adicionado, individual e consolidada, que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia. Sua distribuição durante determinado período é apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas e é introduzida como parte integrante das demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais – IFRS, essa demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

- a) **Impairment de títulos e valores mobiliários - Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI):** a Companhia, por meio de sua controlada Sanetrat, possui registrado o saldo de R\$ 31.689 na rubrica de "Títulos e valores mobiliários" decorrente da aquisição de Cédulas de Crédito Imobiliário ("CCI") conforme divulgado na nota explicativa 10, as quais possuem garantia real através de alienação fiduciária do imóvel vinculado às CCI. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e julgamentos críticos envolvidos na avaliação do risco de recuperabilidade do referido crédito através da execução da alienação fiduciária, bem como avalia a suficiência do valor justo do imóvel dado em garantia. Além disso, a Companhia vem acompanhando, com o apoio de seus assessores jurídicos, a evolução do processo judicial que permitirá a execução de tal garantia.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Impairment de ativo financeiro - Mútuo a receber:** a Companhia, por meio de sua controlada Urbeluz, possui registrado o saldo de R\$ 14.537 na rubrica de "Partes Relacionadas" decorrente de mútuos com sua parte relacionada Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, que também é acionista da Urbeluz, conforme divulgado na nota explicativa 9. Anualmente, a Companhia avalia as premissas e julgamentos críticos envolvidos na avaliação do risco de recuperabilidade do referido crédito e a capacidade de pagamento da contraparte. A Companhia vem acompanhando, com o apoio de seus assessores jurídicos, a evolução do caso. Durante o ano de 2020, a Companhia obteve na justiça o direito de penhora de recebíveis futuros detidos pela Cobrapar, os quais serão utilizados para quitação do mútuo a receber.
- c) Receitas a faturar:** a Companhia, por meio de sua controlada Urbeluz, possui registrado o saldo de R\$ 10.199 (R\$ 9.110 em 2019) na rubrica de "Contas a Receber – a Faturar" decorrente de faturamentos realizados através de suas investidas Caraguá Luz e Alegrete dos contratos de PPPs com os municípios de Caraguatatuba e São João do Meriti, respectivamente, onde é reconhecido a receita através das medições realizadas ao final de cada mês, com faturamento pelas prefeituras logo após o emprenho e autorização da secretaria da fazenda de cada município. A Companhia realiza essas estimativas e reconhecimento da receita, conforme divulgado na nota explicativa 5, e eventuais provisões em recebimentos vencidos acima de 180 dias.
- d) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.5.9. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, os quais incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.
- e) Contabilização de perdas para créditos de liquidação duvidosa -** A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas conforme CPC 48/IFRS 9. A Companhia e suas controladas avalia periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos.
- f) Definição de Margem de Construção –** A Companhia adota o custo de construção como métrica para a receita de construção sempre que não há definição contratual para o valor da receita de construção, nos contratos de concessão e PPP. No caso específico da Sanema, o contrato de locação tem definição específica de valor contratual, tendo a investida adotado tal valor para contabilização da receita de construção, constituindo, portanto, margem de construção entre tal receita e o custo de construção. Nos demais contratos de concessão e PPPs, as respectivas administrações adotam margem zero para a contabilização das receitas e custos de construção.

3.8. Combinação de negócios

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O excesso i) da contraprestação transferida; ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio.

Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como “Ganho por compra vantajosa”.

3.9. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- . Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros”, IFRS 4 “Contratos de Seguro e IFRS 16 “Arrendamentos”: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a EURIBOR e LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.
- . Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- . Alteração ao IAS 37 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”: em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.
- . Alteração ao IFRS 3 “Combinação de Negócios”: emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.
- . Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:
 - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (iv) sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.10. Reapresentação dos saldos comparativos

A Companhia aplicou de forma retrospectiva a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme OCPC 05 “Contratos de Concessão”, onde menciona que a remuneração do ativo financeiro deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente com o modelo de negócio da Companhia e de acordo com seu modelo de gestão, e que deve ser apresentada entre as receitas da operação ao invés de receitas financeiras. Adicionalmente, conforme CPC-47, a classificação da remuneração do ativo financeiro é mais adequada aos contratos de Construção de Ativos, ao invés de ser classificado no grupo de receita bruta. Dessa forma, resultou na reapresentação dos valores reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Exceto o item acima mencionado, não há novas normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reapresentação das demonstrações financeiras de 2019

A Administração da Companhia, após reavaliação do tema sobre a classificação contábil da “receita de remuneração do ativo financeiro” e objetivando a apresentação de informação mais relevante para o usuário das demonstrações financeiras, procedeu às reclassificações nas demonstrações de resultado e demonstração do valor adicional das investidas Caraguá Luz e Alegrete Participações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Conforme item 23 do OCPC-05, a classificação da remuneração do ativo financeiro incorporando ao grupo de receita operacional bruta é mais adequada aos contratos de PPP – Parcerias Público-Privada, ao invés de ser classificado como receita financeira.

A administração também reavaliou o tema “Construção de Ativos” na investida Sanema Saneamento de Maceio Ltda, e também objetivando a melhor apresentação nas demonstrações financeiras, procedeu as reclassificações na demonstração do resultado.

Conforme CPC-47, a classificação da remuneração do ativo financeiro é mais adequada aos contratos de Construção de Ativos, ao invés de ser classificado no grupo de receita bruta.

As reclassificações acima mencionada não têm efeitos diretos ou indiretos no cálculo dos tributos reconhecidos pelas Companhias, assim como não alteram o lucro líquido do exercício de 2019 e não alteram o cálculo do lucro por ações. Essa mudança não afeta as demonstrações financeiras da controladora.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos os efeitos dos ajustes na demonstração consolidada do resultado do exercício:

	Consolidado		
	31/12/2019 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2019 (Reapresentado)
Receitas de Prestação de Serviços	154.938	-	154.938
Receita de Construção (Investimentos)	84.390	(2.093)	82.297
Remuneração do ativo financeiro	-	10.064	10.064
Devoluções e Cancelamentos de Serviços	(3.510)		(3.510)
Impostos e Contribuições	(13.083)		(13.083)
Receita operacional líquida	222.735	7.971	230.706
Custos dos serviços prestados	(143.598)	-	(143.598)
Lucro bruto	79.137	7.971	87.108
Receitas (despesas) operacionais	(39.844)	-	(39.844)
Despesas gerais e administrativas	(33.761)	-	(33.761)
Despesas comerciais	(5.737)	-	(5.737)
Outras receitas (despesas)	(100)	-	(100)
Resultado com equivalência patrimonial	(246)	-	(246)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	39.293	7.971	47.264
Resultado financeiro	(16.046)	(7.971)	(24.017)
Despesas financeiras	(29.103)		(29.103)
Receitas financeiras	13.057	(7.971)	5.086
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.247	-	23.247
Imposto de renda e contribuição social	(11.836)	-	(11.836)
Lucro líquido do exercício	11.411	-	11.411
Atribuível aos controladores	6.669		6.669
Atribuível aos não controladores	4.742		4.742
Lucro por ação - Em Reais	0,0399		0,0399

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo demonstramos os efeitos dos ajustes na demonstração consolidada do valor adicionado:

	Consolidado		
	31/12/2019 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2019 (Reapresentado)
Receitas de prestação de serviços	236.394	-	236.394
Remuneração do ativo financeiro	-	7.971	7.971
Outros resultados	6.199	-	6.199
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.828)	-	(1.828)
	240.765	7.971	248.736
Insumos adquiridos de terceiros	(155.835)	-	(155.835)
Valor adicionado bruto	84.930	7.971	92.901
Depreciações e amortizações	(13.546)	-	(13.546)
Valor adicionado líquido	71.384	7.971	79.355
Resultado da equivalência patrimonial	(246)	-	(246)
Receitas financeiras	13.057	(7.971)	5.086
Valor adicionado total a distribuir	84.195	-	84.195
Pessoal	15.148	-	15.148
Impostos, taxas e contribuições	28.427	-	28.427
Impostos, taxas e contribuições	28.427	-	28.427
Remuneração de capitais de terceiros	29.526	-	29.526
Lucro líquido do exercício não distribuído	6.352	-	6.352
Participação de não controladores	4.742	-	4.742
Total	84.195	-	84.195

Não houve alteração na demonstração dos fluxos de caixa, divulgadas às demonstrações financeiras de 2019.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2019
Caixa e saldos em conta corrente	52	15	7.508	2.311
Aplicação liquidez imediata (a)	1.577	282	22.130	33.258
	1.629	297	29.638	35.569

- (a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem mudança significativa de valor. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI (100% do CDI em 2019).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a receber - saneamento	105	-	17.181	14.364
Contas a receber - partes relacionadas	1.720	1.200	760	25
Contas a receber - iluminação pública	-	-	14.083	7.440
Contas a receber - demais clientes	-	-	502	453
Contas a receber - a faturar (*)	-	-	10.199	9.110
(-) Provisão estimada crédito liquidação duvidosa	-	-	(15.079)	(8.264)
	1.825	1.200	27.646	23.128

(*) O fornecimento a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em campo das PPPs em contratos de iluminação pública, conforme suas medições, porém não faturado até o encerramento do exercício, obedecendo o regime da competência.

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas conforme CPC 48/IFRS 9. A provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) tem representatividade apenas nas investidas Alegrete Participações RJ S.A. e na Companhia Águas de Itapema. A Companhia e suas controladas avalia periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos.

Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer - faturados	1.825	1.200	10.983	7.318
A vencer - a faturar	-	-	10.199	9.110
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	4.018	3.256
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	3.267	485
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	3.214	3.275
Vencidos acima de 180 dias	-	-	11.044	7.948
(-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(15.079)	(8.264)
	<u>1.825</u>	<u>1.200</u>	<u>27.646</u>	<u>23.128</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.1 Movimentação das Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	8.264	6.027
Atualização / Reversão PCLD	(1.279)	(808)
Créditos provisionados no exercício	8.094	3.045
Saldos finais	15.079	8.264

Através de análises de crédito, históricos de recebimentos, e prospecção de perdas futuras, além da análise do atual cenário da pandemia de Covid-19, a administração da Companhia e de suas controladas, decidiram constituir provisão estimada de perdas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 6.815 (R\$ 2.237 em 2019).

6. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
PIS a recuperar	-	-	628	442
COFINS a recuperar	-	-	2.897	2.033
ISS a recuperar	-	-	6	16
INSS a compensar (a)	4	-	1.455	2.383
IRRF a compensar	572	981	1.217	3.350
IRPJ a recuperar	-	-	-	334
CSLL a recuperar	-	-	103	211
Outros impostos a recuperar	28	30	56	63
	604	1.011	6.362	8.832
Ativo não circulante				
PIS a recuperar sobre Intangível	-	-	223	401
COFINS a recuperar sobre intangível	-	-	1.028	1.846
PIS a recuperar	-	-	-	80
COFINS a recuperar	-	-	-	396
IRPJ a recuperar	-	-	-	1.791
CSLL a recuperar	-	-	-	673
INSS a compensar (b)	-	-	1.116	-
IRRF a compensar	-	-	485	-
	-	-	2.852	5.187
	604	1.011	9.214	14.019

- (a) A investida Caraguá possui créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, sendo que esses foram objetos de pedido de restituição perante a Receita Federal e que está previsto para ressarcimento no próximo ano.
- (b) A controlada Urbeluz possui créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, sendo que utilizará os créditos para compensação de INSS dentro dos próximos exercícios.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

Estoques nas concessões e PPPs são classificados como ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços a serem prestados e são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caraguá Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A.:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Materiais de uso e consumo	272	524
Bombas e equipamentos	290	296
Tubos e conexões para água	146	137
Tubos e conexões para esgoto	918	913
Postes e acessórios	81	42
Fios e cabos	345	128
Lâmpadas e luminárias	1.866	802
Reatores e relês	233	166
Ar condicionados e ventiladores	22	46
Outros materiais para manutenção	-	505
	4.173	3.559

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor. Assim, como os itens de estoques são de longa duração a serem utilizados nas concessões, a Administração não efetua análises de obsolescência.

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento a funcionários	24	28	184	163
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	3.716	8.763
Outros	137	117	138	117
	161	145	4.038	9.043

- (a) Adiantamentos a fornecedores realizados durante o período, que derivam de antecipações, principalmente para aquisição de produtos e ativos de concessão que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos meses. Destaca-se a controlada Urbeluz com R\$ 3.018. Os referidos valores não sofrem atualização monetária.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

9.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações				
Via Brasil MT 100 (a)	-	9.684	-	9.684
Via Brasil MT 320 (a)	4	-	4	-
Seven Apoio Administrativo Ltda	-	-	100	343
Fortnort Dezenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	-	-	191	3.766
	<u>4</u>	<u>9.684</u>	<u>295</u>	<u>13.793</u>
Mútuos				
Consórcio Construtor Catarinense	765	635	765	635
Zetta Infraestrutura e Participações S.A. (d)	-	-	4.930	2.798
	<u>765</u>	<u>635</u>	<u>5.695</u>	<u>3.433</u>
	<u>769</u>	<u>10.319</u>	<u>5.990</u>	<u>17.226</u>
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações				
Envimax	-	61	-	-
Maua Luz(a)	266	266	266	266
Águas de Santo Antônio (b)	15.577	11.626	15.577	11.626
Urbeluz (a)	4.547	4.547	-	-
Via Brasil MT 100 (a)	8.341	-	8.341	-
Sanesul (c)	2.183	2.111	-	-
Águas de Meriti Ltda (a)	-	-	-	547
Marabá Luz (a)	-	-	89	59
	<u>30.914</u>	<u>18.611</u>	<u>24.273</u>	<u>12.498</u>
Mútuos				
Cobrapar Companhia Brasileira de Participações Ltda (e)	-	-	14.537	14.537
Zetta Infraestrutura e Participações S.A. (d)	-	-	1.633	5.597
Outros	-	-	967	967
	-	-	<u>17.137</u>	<u>21.101</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	(15.577)	(11.626)	(15.577)	(11.626)
	<u>15.337</u>	<u>6.985</u>	<u>25.833</u>	<u>21.973</u>
	<u>16.106</u>	<u>17.304</u>	<u>31.823</u>	<u>39.199</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante				
Águas de Itapema	-	2.050	-	-
Sanesalto (f)	2.135	2.811	-	-
Sanetrat	1.446	146	-	-
Via Brasil MT 320	-	1.166	-	1.166
Consórcio Caraguá	-	-	179	-
Conasa SPE	1.150	1.351	-	-
Construtora LM (g)	6.666	-	6.666	-
GPI Participações em Investimentos S.A.	-	-	40	40
	11.397	7.524	6.885	1.206
Passivo não circulante				
Consórcio Caraguá	-	-	7	2.277
Sanesalto (f)	4.597	4.236	-	-
	4.597	4.236	7	2.277
	15.994	11.760	6.892	3.483

- (a) Os saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos. Cabe mencionar que o grupo não tem como prática interna a remuneração sobre esses adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. Os AFACs serão convertidos quando da autorização pelas assembleias gerais ou reunião de sócios das investidas para aumento de capital.
- (b) Em virtude da caducidade do contrato de concessão da Águas de Santo Antônio, os aportes e mútuos efetuados à Companhia, foram provisionados para perdas devido a riscos de realização do saldo, após terem sido esgotadas todas as possibilidades de retomada dos negócios da investida, mediante discussão com o órgão competente, no qual discute-se a indenização de ressarcimento do ativo investido. A Companhia, mesmo pleiteando a indenização, resolveu constituir a provisão para perda.
- (c) A Sanesul realizou aportes destinados à concessão da Águas de Meriti Ltda., dos quais parte já foram convertidos em integralização de capital, e o restante serão em períodos subsequentes. Os aportes realizados na Sanesul destinaram-se ao investimento na concessão da Águas de Meriti Ltda.
- (d) Em 30 de dezembro de 2019, com o recebimento da liquidação das suas debêntures, a controlada Conasa-SPE firmou contrato de mútuo entre partes relacionadas com a Zetta Infraestrutura S/A, onde foi aplicado juros remuneratórios de 8,75% ao ano, a ser liquidado em 24 parcelas, iniciando-se o pagamento em 30 de maio de 2020 e que estão sendo pagos conforme cronograma de parcelamento. Como garantia do valor do empréstimo a Zetta Infraestrutura S.A. alienou suas ações da Sanema, todos os direitos econômicos, assim como todos os certificados, cautelares e outros documentos relativos às ações alienadas.
- (e) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, para investimento desta em Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”). O vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, em 6 de março de 2017, a Companhia ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Urbeluz solicitou, judicialmente, que parte dos valores referentes à venda dos projetos de PCHs de propriedade da Cobrapar fossem bloqueados como garantia de pagamento do mútuo acima informado. Em 17/12/2019 foi deferido o pedido do bloqueio dos recebíveis tendo sido já revertido em depósitos judiciais em favor da Urbeluz conforme descrito a seguir.

A Urbeluz obteve decisão favorável no processo de execução, com a penhora de recebíveis de titularidade da Cobrapar, conforme decisão 0701369-23.2017.8.07.0001 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Em 2020, a empresa Tradener que adquiriu PCHs da Cobrapar manifestou intenção de celebrar acordo com a Cobrapar (que se reverte em favor da Urbeluz) por meio da antecipação dos pagamentos futuros que são objeto da penhora judicial para atender à notificação judicial recebida.

Em 7 de outubro de 2020 a Tradener firmou o acordo de pagamentos em 12 parcelas mensais que serão devidos a partir do 36º mês após a data de cumprimento, pela Cobrapar, das condições estabelecidas nos instrumentos de renegociação. A Tradener informou que somente a PCH Tamboril cumpriu com todas as condições precedentes previstas nos instrumentos de renegociação, sendo que as demais PCHs aguardam apenas a emissão de licenças de instalação pela SEMARH/GO. Diante disso, a Tradener já realizou depósitos em juízo no valor total de R\$ 2.814 referente as parcelas de outubro de 2020 a março de 2021 do pagamento da PCH de Tamboril. Abaixo o valor de cada PCH:

PCH	VALOR R\$ mil
TAMBORIL	R\$ 5.494
GALAMEIRA	R\$ 5.636
SALGADO	R\$ 4.831
SÃO BARTOLOMEU	R\$ 6.441
TOTAL	R\$ 22.403

O valor das PCHs penhorado como recebíveis, é superior ao valor contábil dos créditos que a Urbeluz tem de direito, A Companhia tem o saldo em 31 de dezembro de 2020 atualizado de R\$ 33.574. A Urbeluz realizou impairment mantendo o saldo contábil de R\$ 14.537.

A Administração julga que não há riscos de realização, pois a Cobrapar é acionista da Companhia (43%), e o valor poderá ser realizado por meio da retenção de proventos ao acionista devedor, bem como retenção de distribuição de dividendos, ou as próprias ações.

- (f) Com o advento do PERT – Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, a controladora e coligadas adquiriram junto à Sanesalto Saneamento S.A. créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa. Sendo a controladora no valor de R\$ 4.597, as coligadas Companhia Águas de Itapema R\$ 2.918 e Sanetrat Saneamento S/A R\$ 689. Os saldos serão liquidados em até 60 (sessenta meses) a contar da data da cessão do crédito que ocorreu em 31 de maio de 2017.
- (g) A TeresinaLuz firmou contrato de empreitada global com a Construtora LM. O contrato prevê pagamento de adiantamento, o qual foi realizado pela cessão de crédito detido pela TeresinaLuz contra seus acionistas sendo a parcela da Conasa no valor de R\$ 6.666.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.2. Receitas entre partes relacionadas

Como incremento de sua receita, a controladora possui veículos, máquinas e equipamentos que são alugados às suas investidas para utilização dentro de suas operações. Os valores destes aluguéis são eliminados na consolidação das demonstrações financeiras das investidas que consolidam.

A Companhia também presta serviços administrativos compartilhados em escritório central em Londrina-PR. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa para prestação dos serviços às investidas pela Conasa, como controladoria, contabilidade, financeiro, fiscal, suprimentos, TI, jurídico, engenharia, recursos humanos, compliance, meio ambiente e remuneração do pessoal-chave. As outras receitas operacionais, são determinadas em sua maioria, de acordo com a proporção de receitas do exercício anterior de suas coligadas e controladas. Abaixo as receitas entre partes relacionadas:

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita de locação de veículos e equipamentos				
Companhia Águas de Itapema	176	180	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	62	101	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	104	104	-	-
	342	385	-	-
Outras receitas operacionais (g)				
Companhia Águas de Itapema	4.303	4.303	-	-
Sanesalto Saneamento S.A	3.093	2.584	-	-
Sanetrat Saneamento S.A.	873	604	-	-
Via Brasil MT100 Concessionária de Rodovias S.A.	352	336	352	336
Via Brasil MT320 Concessionária de Rodovias S.A.	340	196	340	196
Urbeluz Energética S.A.	733	706	-	-
Alegrete RJ Participações S.A.	189	181	-	-
Caraguá Luz S.A.	105	100	-	-
Consórcio Caraguá	81	78	36	35
	10.069	9.088	728	567
	10.411	9.473	728	567

9.3. Avaliação do valor recuperável

De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do plano de negócios de todas as Companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados durante o prazo da concessão ou das PPPs.

Até o momento, não identificaram perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas, exceto as relacionadas a Águas de Santo Antônio, com provisão já constituída.

9.4. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto por 5 membros do conselho de administração e por 3 diretores que tem remuneração fixa. Não há pagamentos variáveis ao pessoal chave da administração.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política remuneração baseada em ações ou plano de stock-options. No exercício de 2020, os administradores tiveram reajuste com base no IGP-M acumulado do período e receberam o montante de R\$ 1.556 durante o exercício de 2020 (R\$ 1.253 no exercício de 2019).

10. Títulos de valores mobiliários

10.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (c)	7.119	4.191	-	-
	<u>7.119</u>	<u>4.191</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures privadas (12% a.a. + IGP-M) (b)	10.380	9.084	-	-
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (c)	583	1.983	-	-
Cédula crédito imobiliário (a)	-	-	31.689	31.689
Aplicações financeiras permanentes	5	-	3.226	2.637
	<u>10.968</u>	<u>11.067</u>	<u>34.915</u>	<u>34.326</u>
Total de títulos de valores mobiliários	<u>18.087</u>	<u>15.258</u>	<u>34.915</u>	<u>34.326</u>

10.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	15.258	34.326
(+) Captações	-	589
(-) Recebimentos do principal	(1.502)	-
(-) Recebimentos de juros	(698)	-
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	1.324	-
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	3.705	-
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	<u>18.087</u>	<u>34.915</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	48.983	54.794
(-) Recebimentos do principal	(30.751)	(15.435)
(-) Recebimentos de juros	(9.097)	(7.621)
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	427	-
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	5.696	2.588
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	<u>15.258</u>	<u>34.326</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 30 de maio de 2014 e 5 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. – BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário- CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A.

A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelos montantes de R\$ 16.500 e R\$ 12.184, respectivamente.

Essas CCIs securitizaram os recebíveis de Contrato de Arrendamento, firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A.

A CCI foi emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT, devidamente registrada na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT (“Imóvel”).

Em relação à alienação fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor contábil das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado em março de 2019 pelo valor total de R\$ 43.338, sendo em 31 de dezembro de 2020 o valor atualizado das CCIs de R\$ 69.119. A Sanetrat realizou impairment, mantendo o saldo contábil de R\$ 31.689.

A BFG adquiriu o Imóvel em ação de falência da IFC – International Food Company Indústria de Alimentos S.A., Processo n.º 0039687-52.2008.8.26.0309 em trâmite perante a 3ª Vara Cível da Comarca de Jundiá, Estado de São Paulo (“Ação de Falência IFC”) e o arrendou. Após a emissão das CCIs e constituição da Alienação Fiduciária com autorização, a Ação de Falência IFC determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela arrendatária à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos parcialmente à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somavam cerca de R\$ 30.000 e se caracterizavam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio da IFC com bancos comerciais (“ACC”). Com o arresto dos recebíveis do arrendamento, os ACC foram quitados.

Com a quitação dos ACCs, a Sanetrat obteve decisão em 1ª e 2ª instâncias para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCIs. No julgamento do mérito de ambos os agravos, o mais recente em 27 de março de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a decisão de 1ª instância, favorável à Sanetrat.

Após a decisão e desbloqueio do Imóvel no ambiente da Ação de Falência IFC, a Brasil Foodservice Manager S.A., controlada da BFG, teve sua falência decretada no âmbito do Processo n.º 0411258-46.2014.8.19.0001 em trâmite perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“Ação de Falência BFM”).

Na Ação de Falência BFM, a Massa Falida instaurou o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica n.º 0053624-29.2018.8.19.0001 (“IDPJ”), pretendendo a extensão dos efeitos da Ação de Falência BFM para BFG e requerendo, liminarmente, o arresto de diversos bens, entre os quais o Imóvel.

A Sanetrat opôs Embargos de Terceiro objetivando cancelamento do arresto sobre o Imóvel em função de a Alienação Fiduciária ter sido regularmente constituída antes da Ação de Falência BFM e da instauração do IDPJ.

Em que pese a necessidade de análise dos Embargos de Terceiros, a alienação fiduciária do Imóvel foi regularmente registrada na matrícula do Imóvel. Ademais, ainda que a BFG, que é requerida no IDPJ, venha a ter contra si estendidos os efeitos da Falência, a Alienação Fiduciária do Imóvel deverá prevalecer, pois foi legal e corretamente constituída.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No dia 05 de março de 2021, houve a realização de Assembleia Geral de Credores na Falência, na qual houve a deliberação e aprovação da Proposta pelos credores, onde a Brazal Brasil Alimentos S.A. e Vênus Capital e Participações S.A., devedoras das Cédulas de Crédito Imobiliário emitidas em favor da Sanetrat Saneamento S.A., apresentaram, no âmbito da Falência da Brasil Foodservice Manager S.A. e Porcão Licenciamentos e Participações S.A., proposta alternativa para pagamento do passivo.

A Proposta Alternativa não envolve créditos da Sanetrat, que não é credora da falência, nem o imóvel em Alienação Fiduciária. A Alienação Fiduciária e as próprias emissões das CCIs em nenhum momento foram questionadas judicialmente.

A probabilidade de perda no processo que discute o arresto do imóvel junto à massa falida é classificado como remoto, suportado pela opinião dos assessores jurídicos da administração.

- (b) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no montante de R\$ 10.380 (R\$ 9.084 em 2019), de emissão de sua controlada Águas de Itapema, com vencimento em 2 de julho de 2029. Esse valor é atualizado com juros remuneratórios de 12% ao ano e atualização monetária através do IGP-M.
- (c) A Companhia detém debêntures privadas no montante de R\$ 7.702 (R\$ 6.174 em 2019) de emissão de sua controlada Alegrete. A debênture tem vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a.

11. Outros ativos não circulantes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “outros ativos não circulantes” estão compostos de depósitos recursais, de investimentos em MIP (manifestação de interesse da iniciativa privada), além de créditos com terceiros para execução de obras, e está representada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos recursais	164	17	726	399
Investimentos em MIP's (a)	-	-	424	576
	164	17	1.150	975

- (a) MIP's (Manifestação de interesse privado) são gastos autorizados pelos municípios para avaliação de eficiência da iluminação pública para os processos de licitação. Caso a Urbeluz ganhe a licitação será ressarcida no ato ou conforme negociado em contrato. Desses investimentos, a Urbeluz recebeu resposta de que não haverá interesse público das prefeituras: Prefeitura de Marabá - PA para o qual o ressarcimento seria efetuado pela própria concessão, assim como a prefeitura de Brasília - DF e Rio das Ostras - RJ, os quais foram baixados dentro desse período. A Urbeluz foi autorizada a fazer os estudos técnicos, jurídicos e econômicos, os quais estão em fase de avaliação dos documentos apenas da prefeitura de Campos do Goytacazes - RJ.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	100,00%	33.869	33.869	100,00%	35.003	35.003
Sanesalto Saneamento S.A.	100,00%	5.927	5.927	100,00%	51	51
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	42.283	42.283	100,00%	42.006	42.006
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.	89,91%	137	123	89,91%	751	675
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	35.694	17.847	50,00%	16.612	8.306
Mauá Luz Ltda.	20,00%	32.215	6.443	20,00%	13.010	2.602
Construtora Luz de Mauá Ltda.	20,00%	46.485	9.297	20,00%	45.085	9.017
Teresina Luz S.A.	33,33%	39.241	13.079	-	-	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%	81.572	27.759	34,03%	57.226	19.474
Conasa SPE S.A.	99,99%	-	-	99,99%	1.458	1.458
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	16.493	6.597	40,00%	9.803	3.921
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	29.883	11.953	40,00%	14.493	5.797
		363.799	175.177		235.498	128.310
Mais Valia em coligadas/controladas						
Sanesalto Saneamento S.A. (b)			60.535			62.063
Urbeluz Energética S.A. (a)			11.229			12.521
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.			1.247			1.247
			73.011			75.831
			248.188			204.141
Perda com investimentos (passivo)						
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais	100,00%	-	-	100,00%	(53)	(53)
Conasa-SPE S.A.	100,00%	(276)	(276)	100,00%	-	-
Águas de Santo Antônio S.A.	100,00%	(184)	(184)		-	-
		(460)	(460)		(53)	(53)
Saldo líquido de investimento			247.728			204.088

- a) Conforme CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a Companhia, como adquirente, registrou mais valia na aquisição da Urbeluz em 2015, considerando a diferença entre o valor justo da participação adquirida nos ativos líquidos na data da aquisição no montante de R\$ 26.027 e o valor pago pela participação adquirida no montante de R\$ 23.322., ou seja, como a Conasa comprou sua participação avaliada em R\$ 26.027 por R\$ 23.322 temos uma mais valia de R\$ 13.202 que foi alocado através do PPA (Alocação do preço de compra).

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Em 31 de maio de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da Sanesalto, tendo como condições suspensivas: (i) autorização do Poder Concedente para troca de controle; (ii) autorização dos debenturistas da 2ª Emissão para troca de controle. Após obtenção de autorização do Poder Concedente, a Sanesalto não obteve aprovação dos debenturistas para troca de controle. Em 30 de março de 2015, após aditivo contratual, a Companhia adquiriu 48,08% das ações da Sanesalto e após avaliação por empresa independente, que elaborou Laudo de alocação de preço de compra, registrou a mais valia no valor de R\$ 24.974, com a entrega do restante das ações após: (i) quitação integral das debentures da 2ª Emissão; ou (ii) aprovação pelos debenturistas da 2ª Emissão. Em 30 de dezembro de 2019, a Sanesalto quitou a 2ª Emissão. Em decorrência da quitação, as ações restantes foram liberadas para transferência à CONASA e conseqüentemente ela passou a ter o controle da Sanesalto. Com a finalização da aquisição da Sanesalto e assunção do controle, conforme exigência do CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios, em combinação de negócios realizada em estágios, a Companhia, como adquirente, deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver. A Companhia elaborou novo laudo de Alocação de Preço de Compra e identificou mais valia de R\$ 62.063, considerando valor pago de R\$ 0, em decorrência da situação econômica pretérita à aquisição em 2012. Como na aquisição de 2015 (48,08%), a Companhia havia realizado e reconhecido a mais valia sobre a aquisição, conforme previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 na aquisição em estágios, registrou-se a baixa de R\$ 23.962, já considerando a amortização realizada até o momento no processo. O ganho reconhecido no resultado do exercício de 2019 no montante de R\$ 38.100 contempla o ganho na remensuração da participação anterior de R\$ 7.020 e ganho por compra vantajosa da participação remanescente de R\$ 31.080.

(*) A controladora amortiza a mais valia de seus investimentos de acordo com o CPC 15 - Combinação de negócios para as empresas Sanesalto e Urbeluz. Na ASB, a controladora aguarda finalização da obra e conseqüentemente início de recebimentos dos aluguéis dos ativos para realização da mais valia. As amortizações das mais valias de investimentos estão atreladas às expectativas de geração de valor de cada investida e são realizadas de forma não linear.

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Patrimônio líquido da investida (*)		Investimento	Patrimônio líquido da investida (*)		Investimento
%			%			
Investimentos (ativo):						
Águas de Meriti	49,00%	5.296	2.595	49,00%	5.316	2.605
Via Brasil MT 100	40,00%	16.493	6.597	40,00%	9.803	3.921
Via Brasil MT 320	40,00%	29.883	11.953	40,00%	14.493	5.797
Mauá Luz	20,00%	32.215	6.443	20,00%	13.010	2.602
Construtora LM	20,00%	46.485	9.297	20,00%	45.085	9.017
Teresina Luz	33,33%	39.241	13.079	-	-	-
		169.613	49.964		87.707	23.942
Total de investimentos			49.964			23.942

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação dos investimentos

	Controladora					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Aporte/ aumento de capital	Baixa por impairment	Distribuição de dividendos / Baixa de Consórcio	Equivalência patrimonial do período	
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	35.003	4.610	-	-	(5.744)	33.869
Companhia Águas de Santo Antônio	-	-	(4.194)	-	4.194	-
Sanesalto Saneamento S.A.	51	-	-	-	5.876	5.927
Sanetrat Saneamento S.A.	42.006	-	-	(86)	363	42.283
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	675	-	-	-	(552)	123
Urbeluz Energética S.A. (a)	8.306	-	-	(2.751)	12.292	17.847
Mauá Luz Ltda	2.602	-	-	-	3.841	6.443
Construtora Luz de Mauá Ltda	9.017	-	-	-	280	9.297
Teresina Luz S.A.	-	13.332	-	-	(253)	13.079
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	19.474	-	-	-	8.285	27.759
Conasa SPE S.A.	1.458	-	-	-	(1.458)	-
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	3.921	-	-	-	2.676	6.597
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	5.797	10.600	-	-	(4.444)	11.953
	128.310	28.542	(4.194)	(2.837)	25.356	175.177
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	62.063	-	-	-	(1.528)	60.535
Urbeluz Energética S.A.	12.521	-	-	-	(1.292)	11.229
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	-	1.247
	75.831	-	-	-	(2.820)	73.011
Total de investimentos:	204.141	28.542	(4.194)	(2.837)	22.536	248.188
Perda com investimento (passivo):						
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	(53)	65	-	-	(12)	-
Conasa SPE S.A.	-	-	-	-	(276)	(276)
Águas de Santo Antônio S.A.	-	-	-	-	(184)	(184)
	(53)	65	-	-	(472)	(460)
	204.088	28.607	(4.194)	(2.837)	22.064	247.728

A mais valia é amortizada considerando a curva de geração de benefícios econômicos das investidas no momento da aquisição, conforme PPA (Alocação do preço de compra).

- a) Em 30 de setembro de 2020 o Consórcio Caraguá, através de seus sócios, do qual a controlada Urbeluz Energética participa com 55%, resolveram reconhecer a distribuição dos lucros anteriormente já antecipados, diretamente no patrimônio líquido do consórcio no montante de R\$ 2.751.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2018	Aporte/ aumento de capital	Baixa por Impairment	Dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Dívidas assumidas pela controladora	Outros	Saldo em 31/12/2019
Investimentos (ativo):								
Companhia Águas de Itapema	34.727	-	-	(86)	362	-	-	35.003
Companhia Águas de Santo Antônio	-	-	(4.531)	-	1.697	2.834	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	-	-	-	-	886	-	(835)	51
Sanetrat Saneamento S.A.	41.985	-	-	(417)	438	-	-	42.006
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	4.042	-	-	-	(3.367)	-	-	675
Urbeluz Energética S.A.	7.459	-	-	-	847	-	-	8.306
Mauá Luz Ltda	1.204	-	-	-	1.398	-	-	2.602
Construtora Luz de Mauá Ltda	7.378	-	-	-	2.562	-	(923)	9.017
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	2.341	16.815	-	-	318	-	-	19.474
Conasa SPE	712	725	-	-	21	-	-	1.458
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	6.466	-	-	-	(2.545)	-	-	3.921
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	-	7.400	-	-	(1.603)	-	-	5.797
	106.314	24.940	(4.531)	(503)	1.014	2.834	(1.758)	128.310
Mais valia sobre ativos:								
Sanesalto Saneamento S.A. (a)	24.268	-	-	-	(305)	-	38.100	62.063
Urbeluz Energética S.A.	13.046	-	-	-	(525)	-	-	12.521
Sanesul Construtora e Saneamento S.A. (b)	31.867	-	(31.867)	-	-	-	-	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	-	-	-	1.247
	70.428	-	(31.867)	-	(831)	-	38.100	75.831
	176.742	24.940	(36.398)	(503)	183	2.834	36.342	204.141
Perda com investimento (passivo):								
Conasa SPE	-	-	-	-	-	-	-	-
Sanesalto Saneamento S.A.	(418)	-	-	-	-	-	418	-
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	(22)	-	-	-	(31)	-	-	(53)
	(440)	-	-	-	(31)	-	418	(53)
	176.302	24.940	(36.398)	(503)	152	2.834	36.760	204.088

b) Com a aquisição de 100% das ações da Sanesalto e a aquisição do respectivo controle, foi apurado incremento de R\$ 38.100 de mais valia no encerramento do exercício de 2019.

c) Em 31 de dezembro de 2019 foi realizado a baixa por impairment da concessão de Águas de Meriti, através da Sanesul, em virtude de não existir expectativas de realização dos saldos.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2019	Aporte/ aumento de capital	Equivalência patrimonial do período	Reclassificação para Intangível	Saldo em 31/12/2020
Investimentos (ativo):					
Concessionária Águas de Meriti	2.605	95	(105)	-	2.595
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	3.921	-	2.676	-	6.597
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	5.797	10.600	(4.444)	-	11.953
Sanesalto Saneamento S.A. (Mais Valia)	-	-	(1.528)	1.528	-
Urbeluz Energética S.A. (Mais Valia)	-	-	(1.292)	1.292	-
Maua luz Ltda.	2.602	-	3.841	-	6.443
Construtora Luz de Maua Ltda.	9.017	-	280	-	9.297
Teresina Luz S.A.	-	13.332	(253)	-	13.079
	23.942	24.027	(825)	2.820	49.964

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2018	Aporte/ aumento de capital	Baixa por Impairment	Equivalência patrimonial do exercício	Outros / Reclassificações	Saldo em 31/12/2019
Investimentos (ativo):						
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	2.341	-	-	-	(2.341)	-
Concessionária Águas de Meriti	2.204	459	-	(58)	-	2.605
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	6.466	-	-	(2.545)	-	3.921
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	-	7.400	-	(1.603)	-	5.797
Maua luz Ltda.	1.204	-	-	1.398	-	2.602
Construtora Luz de Maua Ltda.	7.378	-	-	2.562	(923)	9.017
	19.593	7.859	-	(246)	(3.264)	23.942
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	24.268	-	-	(305)	(23.963)	-
Urbeluz Energética S.A.	-	-	-	(526)	526	-
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	(1.247)	-
	25.515	-	-	(831)	(24.684)	-
Ágio sobre aquisição						
Concessionária Águas de Meriti	3.408	-	(3.408)	-	-	-
	3.408	-	(3.408)	-	-	-
	48.516	7.859	(3.408)	(1.077)	(27.948)	23.942
Perda com investimento (passivo):						
Sanesalto Saneamento S.A.	(418)	-	-	-	418	-
	48.098	7.859	(3.408)	(1.077)	(27.530)	23.942

Nas informações contábeis consolidadas, a “mais valia” das controladas são registradas no subgrupo do Ativo Intangível por se referir ao valor justo dos ativos relacionados às concessões. Em 2019, a Sanesalto e ASB foram reclassificadas por fazerem parte da consolidação.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a baixa por impairment da mais valia da controlada Sanesul no montante de R\$ 31.867 pelos atrasos na implantação do projeto e reflexo na expectativa de realização, assim como o ágio da coligada Concessionária Águas de Meriti no montante de R\$ 3.408.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Sintético das Controladas e Coligadas								
	Controladas / coligadas	Capital social	Participação	Total de ativos	Total de passivos	Resultado do exercício	Participação de não controladores	Patrimonio Liquido (passivo a descoberto) das Investidas em 31/12/2020
Controladas								
Companhia Aguas de Itapema	Direta	36.785	100%	191.975	158.106	(5.744)	-	33.869
Sanesalto Saneamento S/A	Direta	50	100%	61.818	55.891	5.876	-	5.927
Sanetrat Saneamento S/A	Direta	40.648	100%	44.627	2.344	363	-	42.283
Conasa SPE S.A.	Direta	3.241	99,99%	10.002	10.278	(1.735)	-	(276)
Urbeluz Energetica S.A	Direta	20.051	50%	152.100	97.717	29.455	17.847	35.694
Sanesul Construtora e Saneamento do Sul S/A	Direta	35.363	89,91%	2.598	2.461	(614)	14	137
Envimax Consultoria e Serviços	Direta	1	100%	1	1	(12)	-	1
Coligadas diretas								
Maua Luz Ltda	Direta	100	20,00%	124.337	92.122	19.202	25.772	32.215
Construtora Luz de Mauá Ltda	Direta	100	20,00%	71.937	25.452	1.399	37.188	46.485
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S/A.	Direta	55.300	34,03%	81.612	38	24.348	53.813	81.572
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	Direta	18.000	40%	78.207	61.714	(6.690)	9.896	16.493
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	Direta	45.000	40%	81.443	51.560	(11.109)	17.930	29.883
Teresina Luz S.A.	Direta	40.000	33%	40.056	816	(760)	26.291	39.241
Controladas indiretas								
Alegrete Participações RJ S.A.	Indireta	2.334	100,00%	57.659	52.267	9.723	-	5.391
Caraguá Luz S.A.	Indireta	21.000	55,00%	64.147	22.616	15.605	18.689	41.531
Sanema - Saneamento de Maceió Ltda	Indireta	57.000	33,33%	132.948	48.832	25.103	56.080	84.116
Coligadas indiretas								
Concessionária Aguas de Meriti Ltda	Indireta	19.783	49%	5.295	-	(212)	2.700	5.295

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.1 Testes de *impairment*

A Companhia elabora anualmente, teste de *impairment* das mais valias e eventuais ágios em aquisições, considerando cada empresa individual como uma Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão, considerando o crescimento vegetativo, a inflação (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 8,33% a.a. a 17,32% a.a. para o segmento de saneamento (Itapema, Sanesalto, ASB/Sanema e Águas de Meriti/Sanesul), de 12,25% a.a. a 12,75% a.a. para o segmento de energia (Urbeluz/Alegrete e CaraguaLuz) e para o segmento de rodovias (Via Brasil MT-100 e MT-320) de 11,11% a 14,63%. A análise de *impairment* inclui teste de sensibilidade, onde cada principal premissa (taxas de crescimento vegetativo, inflação/reajuste tarifário e taxa de desconto) foi sensibilizada individualmente em condição desfavorável de 10%, os cenários de sensibilidade aplicados não indicaram um cenário de reconhecimento de perdas por *impairment*.

No caso de empresas pré-operacionais, como ASB/Sanema, a mensuração teve como premissa a execução dos planos de negócios aprovado pelos conselhos das empresas investidas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como resultado dos testes de *impairment*, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão e, dessa forma, nenhuma perda (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Em 2019, um *impairment* foi registrado sobre a mais valia de Águas de Meriti (através da investida Sanesul) no montante de R\$ 31.867 na controladora, assim como a baixa por *impairment* do ágio no valor de R\$ 3.408 diretamente na investida Sanesul.

13. Imobilizado

13.1. Composição

	(%) Taxa a.a.	Controladora			
		31/12/2020			31/12/2019
		Deprec.	Custo	Depreciação	Líquido
Instalações	10	10	(10)	-	-
Máquinas e equipamentos	10	606	(552)	54	85
Equipamentos de informática	20	467	(327)	140	42
Móveis e utensílios	10	216	(158)	58	64
Veículos	20	1.005	(774)	231	35
Terrenos	-	700	-	700	700
		3.004	(1.821)	1.183	926

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	(%) Taxa a.a. Deprec.	Consolidado			
		31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Instalações	10	25	(18)	7	8
Máquinas e equipamentos	10	4.147	(2.259)	1.888	1.174
Equipamentos de informática	20	1.468	(1.026)	442	400
Móveis e utensílios	10	820	(562)	258	311
Veículos	20	6.544	(4.821)	1.723	1.893
Benfeitorias em imóveis	20	6.612	(4.171)	2.441	3.372
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370
Obras em andamento	-	109	-	109	109
		26.095	(12.857)	13.238	13.637

Segundo a avaliação feita pela Administração, não há indicadores na Companhia e em suas controladas, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

13.2. Movimentação do imobilizado

	Controladora				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	85	-	-	(31)	54
Equipamentos de informática	42	125	(4)	(23)	140
Móveis e utensílios	64	2	-	(8)	58
Veículos	35	235	-	(39)	231
Terrenos	700	-	-	-	700
	926	362	(4)	(101)	1.183

	Controladora			Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	138	2	(55)	85
Equipamentos de informática	43	17	(18)	42
Móveis e utensílios	36	34	(6)	64
Veículos	48	15	(28)	35
Terrenos	700	-	-	700
	965	68	(107)	926

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	
Instalações	8	-	-	(1)	7
Máquinas e equipamentos	1.174	1.004	(20)	(270)	1.888
Equipamentos de informática	400	193	(34)	(117)	442
Móveis e utensílios	311	11	(9)	(55)	258
Veículos	1.893	465	-	(635)	1.723
Benfeitorias em imóveis	3.372	24	(105)	(850)	2.441
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Obras em andamento	109	-	-	-	109
	13.637	1.697	(168)	(1.928)	13.238

	Consolidado					Saldo em 31/12/2019
	Consolidação		Adições	Baixas	Depreciação	
	Saldo em 31/12/2018	ASB / Sanesalto Dez/18				
Instalações	10	-	-	(1)	9	
Máquinas e equipamentos	1.389	36	52	-	(282)	1.195
Equipamentos de informática	417	93	99	-	(149)	460
Móveis e utensílios	303	44	47	-	(60)	334
Veículos	2.490	-	128	-	(606)	2.012
Ferramentas	-	7	-	-	-	7
Benfeitorias em imóveis	4.259	112	-	(233)	(888)	3.250
Terrenos	6.370	-	-	-	-	6.370
Obras em andamento	109	-	-	(109)	-	-
	15.347	292	326	(342)	(1.986)	13.637

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

a) Composição

	Taxa de Amortização (a)	Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ativo Intangível de concessão (a)					
Em curso (Águas de Itapema)	-	-	-	-	17.200
Em serviço (Águas de Itapema)	4,62%	214.518	(54.822)	159.696	129.366
Em serviço (Sanesalto)	4,64%	72.211	(33.875)	38.336	41.635
		286.729	(88.697)	198.032	188.201
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	20,00%	6.104	(4.245)	1.859	2.112
		6.104	(4.245)	1.859	2.112
Mais valia sobre ativos das investidas (b)					
Sanesalto Saneamento S.A.	2,46%	62.063	(1.529)	60.534	62.063
Urbeluz Energética S.A.	10,31%	13.203	(1.974)	11.229	12.521
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	1.247	-	1.247	1.247
		76.513	(3.503)	73.010	75.831
		369.346	(96.445)	272.901	266.144

	Taxa de Amortização (a)	Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Ativo Intangível de concessão (a)					
Em curso (Águas de Itapema)	-	17.200	-	17.200	-
Em serviço (Águas de Itapema)	3,27%	177.966	(48.600)	129.366	102.867
Em serviço (Sanesalto)	3,99%	72.159	(30.524)	41.635	-
		267.325	(79.124)	188.201	102.867
Direito de uso					
Direito de uso sobre - Built to suit	-	-	-	-	17.252
		-	-	-	17.252
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	20,00%	5.849	(3.737)	2.112	2.551
		5.849	(3.737)	2.112	2.551
Mais valia sobre ativos das investidas (b)					
Sanesalto Saneamento S.A.	1,25%	62.063	-	62.063	-
Urbeluz Energética S.A.	4,00%	13.203	(682)	12.521	13.046
		76.513	(682)	75.831	44.913
		349.687	(83.543)	266.144	167.583

- (a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões é linear e está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período.
- (b) A taxa de amortização da mais valia é apurada conforme percentual anual da expectativa de geração de caixa a valor justo, e sua contribuição para formação da mais valia. Portanto, a taxa não é linear, ou seja, à medida que a controladora, através de seus fluxos de caixa futuros da investida no momento da aquisição, avaliou as gerações de caixa e alocou o percentual devido para tal período de amortização.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

b) Movimentação do intangível

	Consolidado					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Realização de mais valia	Transferências	Amortização	
Ativo intangível de concessão						
Em curso (Aguas de Itapema)	17.200	-	-	(17.200)	-	-
Em serviço (Aguas de Itapema)	129.366	19.353	-	17.200	(6.223)	159.696
Em serviço (Sanesalto)	41.635	52	-	-	(3.351)	38.336
	188.201	19.405	-	-	(9.574)	198.032
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	2.112	255	-	-	(508)	1.859
	2.112	255	-	-	(508)	1.859
Mais valia sobre ativo intangível de Investida						
Sanesalto Saneamento S.A.	62.063	-	(1.529)	-	-	60.534
Urbeluz Energética S.A.	12.521	-	(1.292)	-	-	11.229
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.247	-	-	-	-	1.247
	75.831	-	(2.821)	-	-	73.010
Total intangível de contratos de concessão	266.144	19.660	(2.821)	-	(10.082)	272.901

	Consolidado						Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecimento inicial pela aquisição de controle (a)	Adições (b)	Baixas / Impairment (d)	Amortização Intangível e Mais valia	Transferências / Reclassificações (c)	
Ativo intangível de concessão							
Em curso (Aguas de Itapema)	-	-	17.200	-	-	-	17.200
Em serviço (Aguas de Itapema)	102.867	-	31.149	-	(4.650)	-	129.366
Em serviço (Sanesalto)	-	44.858	126	-	(3.349)	-	41.635
	102.867	44.858	48.475	-	(7.999)	-	188.201
Direito de Uso (a)							
Direito de Uso - Arrendamento	17.252	-	-	-	-	(17.252)	-
	17.252	-	-	-	-	(17.252)	-
Softwares e aplicativos							
Softwares e aplicativos	2.551	116	84	-	(639)	-	2.112
	2.551	116	84	-	(639)	-	2.112
Mais valia sobre ativo intangível de Investida							
Sanesalto Saneamento S.A.	-	24.268	38.100	-	(305)	-	62.063
Urbeluz Energética S.A.	13.046	-	-	-	(525)	-	12.521
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	31.867	-	-	(31.867)	-	-	-
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	-	1.247	-	-	-	-	1.247
	44.913	25.515	38.100	(31.867)	(830)	-	75.831
	167.583	70.489	86.659	(31.867)	(9.468)	(17.252)	266.144

- (a) Em relação às adições, está inserido o incremento da mais valia da Sanesalto pela aquisição de 100% das ações e a aquisição do respectivo controle, detalhes na nota explicativa 12;
- (b) O Built to suit de Companhia Águas de Itapema foi reclassificado para conta específica de direito de uso, na adoção inicial da norma CPC 06(R2) / IFRS 16, vide nota explicativa 16;

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) A Companhia efetuou a baixa por impairment da mais valia existente na Sanesul pela ausência de expectativa de realização dos saldos, no encerramento das demonstrações financeiras de 2019, vide nota explicativa 12.

Teste de *impairment* do ativo intangível

A Companhia elabora anualmente, teste de *impairment* dos ativos intangíveis considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. Detalhes da avaliação efetuada encontra-se divulgada na nota explicativa 12.1.

14.1. Serviços de construção

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	19.405	48.391
Custo de construção	(19.405)	(48.391)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia não registra margem de lucro sobre os serviços de construção de ativos intangíveis, pela ausência de valor de referência diferente do custo (Nota 3.5).

15. Ativo Financeiro

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros.

15.1. Composição

	Consolidado							
	31/12/2020				31/12/2019			
	Alegrete	Caragua Luz	ASB/Sanema	Total	Alegrete	Caragua Luz	ASB/Sanema	Total
Saldo inicial	26.556	40.590	46.607	113.753	10.977	41.708	-	52.685
Reconhecimento inicial pela aquisição de controle	-	-	-	-	-	-	15.652	15.652
Adições (receita de construção)	9.273	1.206	70.377	80.856	17.894	2.247	12.793	32.934
Remuneração do ativo financeiro	13.767	14.663	6.109	34.539	4.142	6.560	-	10.702
Recebimento Contratos	(4.677)	(5.459)	-	(10.136)	(6.457)	(9.925)	-	(16.382)
Adiantamento para realização ativo financeiro	-	-	3.222	3.222	-	-	18.162	18.162
Saldo final	44.919	51.000	126.315	222.234	26.556	40.590	46.607	113.753
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a.	8,10% a.a.		19% a.a.	10% a.a.		
Circulante				23.853				15.820
Não circulante				198.381				36.865
				222.234				52.685

(*) Taxa de retorno do ativo financeiro

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Sanema deverá iniciar o recebimento de seus contratos a partir de setembro de 2021.

15.2. Serviços de construção

	Caraguá e Alegrete	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	10.479	20.141
Custos de construção	(10.479)	(20.141)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

15.3. Serviços de construção de ativos

	Sanema	
	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	70.377	12.794
Custos de construção	(34.500)	(7.285)
	35.877	5.509

A Companhia atua com sua controlada Sanema Saneamento de Maceió Ltda como responsável primária pela construção de ativos, sendo redes coletoras e uma ETE – Estação de tratamento de Esgoto na cidade de Maceió com contrato de execução com a CASAL - Companhia de Saneamento do estado de Alagoas. O contrato é de 30 anos, sendo os 30 primeiros meses para construção do ativo, tendo esse mesmo prazo de carência para recebimento do aluguel dos ativos.

15.4. Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Essa remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, e revisadas anualmente.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Alegrete		
Contraprestação	34.742	32.309
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(7.982)	(6.457)
(=) Receita Bruta	26.760	25.852
Caraguá		
Contraprestação	29.522	28.323
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(8.161)	(9.925)
(=) Receita Bruta	21.361	18.398
Consolidado		
Contraprestação	64.264	60.632
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(16.143)	(16.382)
(=) Receita Bruta	48.121	44.250

Teste de *impairment* do ativo financeiro

A Companhia elabora rotineiramente, teste de *impairment* dos ativos financeiros considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC), pelo método do valor em uso, através do fluxo de caixa descontado. Detalhes da avaliação efetuada pela administração encontra-se divulgada na nota explicativa 12.1.

16. Direito de uso do ativo e passivo de arrendamentos - Consolidado

16.1 Direito de uso

	Taxa Amortização Média Anual	31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Amortização acumulada	Direito Uso Líquido	Direito de uso líquido
Direito de uso - Built to Suit (a)	2,52%	17.805	(3.102)	14.703	15.763
Direito de uso - Outros arrendamentos	24,49%	2.809	(1.295)	1.514	1.977
		20.614	(4.397)	16.217	17.740

(a) Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário (“FII”), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R\$ 164 mensal. O Built to suit tem taxa média anual de juros de 12,62%, e seu último vencimento está previsto para dezembro de 2027. Em 2018, foi firmado o termo de entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo, de acordo com o CPC 06. Na adoção inicial, em 31 de dezembro de 2018, o direito de uso foi agrupado ao intangível.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.1.1 Movimentação do direito de uso

31/12/2020				
	Direito de uso líquido em 31/12/2019		Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
	Novos Contratos			
Direito de uso - Built to sult (a)	-	15.763	(1.489)	14.274
Direito de uso - Outros arrendamentos	654	1.977	(688)	1.943
	<u>654</u>	<u>17.740</u>	<u>(2.177)</u>	<u>16.217</u>

31/12/2019				
	Direito de uso líquido em 31/12/2018		Amortização do exercício	Direito de uso líquido final
	Adoção Inicial	Transferências		
Direito de uso - Built to sult (a)	-	17.252	(1.489)	15.763
Direito de uso - Outros arrendamentos	2.673	-	(696)	1.977
	<u>2.673</u>	<u>17.252</u>	<u>(2.185)</u>	<u>17.740</u>

16.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to sult (a)	1.072	979
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	649	608
	<u>1.721</u>	<u>1.587</u>
Não circulante		
Passivo de arrendamentos - Built to sult (a)	11.354	11.341
Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos	1.465	1.454
	<u>12.819</u>	<u>12.795</u>
	<u>14.540</u>	<u>14.382</u>

16.2.1 Movimentação passivo de arrendamentos

	Saldo em 31/12/2019	Novos Contratos	Ajuste a Valor Presente	(-) Pagamentos principal	(-) Pagamentos Juros	Atualizações / (-) Baixas	Saldo em 31/12/2020
Built to sult	12.320	-	-	(412)	(621)	1.139	12.426
Outros arrendamentos	2.062	654	339	(692)	(194)	(55)	2.114
	<u>14.382</u>	<u>654</u>	<u>339</u>	<u>(1.104)</u>	<u>(815)</u>	<u>1.084</u>	<u>14.540</u>

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 31/12/2018	Adoção Inicial 01/01/2019	Ajuste a Valor Presente	Pagamentos	Novos Contratos/ Atualizações	Saldo em 31/12/2019
Built to suit	12.710	-	-	(872)	482	12.320
Outros arrendamentos	-	4.895	(2.222)	(977)	366	2.062
	12.710	4.895	(2.222)	(1.849)	848	14.382

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores - Saneamento básico	-	-	8.803	5.298
Fornecedores - Iluminação pública	-	-	22.122	25.162
Fornecedores - Saneamento ambiental	-	-	228	202
Fornecedores - outros	929	1.320	990	1.739
	929	1.320	32.143	32.401

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

18.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em debêntures, estruturadas na modalidade de *project finance*, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas, financiamentos de longo prazo estruturados em linhas de bancos públicos como BNB e Cédulas de Crédito Bancário (CCB). Além disso, a Companhia conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Controladora			
			31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
CCB Águas de Santo Antônio - IGPM + 10% (a)	nov/21	35,45%	3.117	-	2.428	2.428
CCB Capital de Giro - DI + 3,90%	ago/21	6,01%	20.453	-	-	-
CCB Capital de Giro - DI + 4,98%	ago/22	7,02%	5.730	4.444	-	-
Mútuo - IPCA + 15%	dez/26	18,61%	2.137	1.808	-	-
Finame - PRÉ	fev/23	6,99%	228	266	228	494
			31.665	6.518	2.656	2.922

- (a) A Companhia, como controladora e garantidora da Águas de Santo Antônio, é responsável por pagar o empréstimo da concessionária com a caducidade da concessão.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Vencimento final	Taxa efetiva anual	Consolidado			
			31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
CCB Capital de giro - DI + 3,90%	ago/21	6,01%	20.453	-	-	-
CCB Capital de giro - DI + 4,98%	ago/22	7,02%	5.730	4.444	-	-
Financiamento para aquisição de mercadorias - PRÉ	Diversos	6,00%	889	2.877	1.951	2.877
Capital de giro - DI	Diversos	4,50%	1.712	389	2.649	1.836
BNB - IPCA + 2%	nov/33	6,61%	-	25.532	-	2.206
BRDE (BNDES) - TJLP + 7,40%	mar/37	12,67%	2.176	10.348	2.191	9.982
CCB Águas de Santo Antônio - IGPM + 10%	nov/21	29,73%	3.117	-	2.428	2.428
			34.077	43.590	9.219	19.329
Debêntures						
Mútuo - IPCA + 15%	dez/26	18,61%	2.137	1.808	-	-
Debentures Públicas Águas de Itapema - IPCA + 7,06%	out/27	10,42%	11.309	84.096	-	-
Debentures Públicas Sanesalto - CDI + 4%	dez/26	6,11%	6.752	42.513	5.426	48.958
Debentures Públicas CONASA SPE - IGPM + 8,75%	jun/24	28,26%	3.015	7.186	10.879	96.531
			23.213	135.603	16.305	145.489
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ	Diversos	3,15%	228	266	228	493
Finame - IPCA + 1,89% (Sanetrat)	set/25	6,41%	25	1.021	-	-
			253	1.287	228	493
			57.543	180.480	25.752	165.311

18.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

Ano de Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2020	-	-	2.656	25.752
2021	31.665	57.543	2.922	25.752
2022	5.438	39.990	-	25.132
2023	1.080	30.888	-	24.189
2024	-	29.557	-	24.189
2025	-	24.376	-	-
Após 2025	-	55.669	-	66.049
Total	38.183	238.023	5.578	191.063
Circulante	31.665	57.543	2.656	25.752
Não circulante	6.518	180.480	2.922	165.311
	38.183	238.023	5.578	191.063

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.578	191.063
Captações	34.800	58.717
(-) Pagamentos do principal	(3.088)	(21.033)
(-) Pagamentos de juros	(1.195)	(13.474)
Provisão de juros	2.088	22.313
(-) Custo de captação	-	(131)
(+) Amortização do Custo de captação	-	568
Saldo em 31 de dezembro de 2020	38.183	238.023

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.449	56.981
Sanesalto na consolidação (debêntures)	-	53.339
ASB Ativos na consolidação (Empréstimos)	-	2.628
Captações	-	100.593
(-) Pagamentos do principal	(2.695)	(22.813)
(-) Pagamentos de juros	(911)	(8.873)
Provisão de juros	735	16.825
Custo de captação	-	(7.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.578	191.063

18.4. Garantias dadas

As debêntures de emissão de coligadas e controladas estão garantidas por cessão fiduciária dos recebíveis das SPEs, alienação fiduciária das ações das SPEs, e eventualmente aval da Companhia como acionista, além de aplicações financeiras como contas reservas.

Companhia Emissora	Cessão Fiduciária de Recebíveis	Alienação Fiduciária de Ações	Garantia Fidejussória da Companhia como acionista	Conta Reserva
Águas de Itapema	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Sim	Não
Sanesalto	Totalidade dos direitos da concessão	100% das ações da SPE	Não	3 Parcelas Vincendas
Sanema	Totalidade dos direitos do contrato de locação	100% das ações da SPE	Sim	5 Parcelas Vincendas
Conasa SPE	Não	100% das ações da SPE	Sim	3 Parcelas Vincendas

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O financiamento da Sanema, obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, tem como garantia fianças bancárias com Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. Os bancos fiadores detêm como garantias alienação fiduciária das cotas da Sanema, cessão fiduciária dos recebíveis do contrato de locação e garantia fidejussória solidária dos acionistas, incluindo a Companhia.

Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados.

Foram captados recursos para capital de giro pela controladora através dos Bancos Santander e Sicoob, esse com garantia fidejussória de pessoa física.

18.5. Debêntures Águas de Itapema (2a emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de fevereiro de 2019, foi deliberada e aprovada a 2a emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 100 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 100.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais.

A remuneração pactuada para as debêntures é de IPCA + 7,07% a.a., em 17 (dezesete) parcelas semestrais, com vencimento todo dia 15 de abril e outubro de cada ano, iniciando em 15 de outubro de 2019 e com vencimento em 15 de outubro de 2027.

18.5.1. Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) manutenção a partir da data base de dezembro de 2019, de índice de liquidez corrente acima de 1,00 e índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,2, os quais causarão vencimento antecipado com descumprimentos por 2 anos consecutivos ou 3 alternados; (ii) distribuição de dividendos acima do mínimo legal somente com índice de cobertura do serviço da dívida acima de 1,7; (iii) vedação de captação de novas dívidas.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia Águas de Itapema cumpriu com todas as cláusulas restritivas não financeiras. Cumpriu também com o índice ICSD, mas não com o índice de liquidez que deveria ser igual ou superior a 1. O descumprimento não causa vencimento antecipado, uma vez que a escritura somente prevê vencimento antecipado no caso de descumprimento dos índices por dois anos consecutivos ou três anos alternados.

18.6 Debêntures Sanesalto (3a emissão)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2019, foi deliberada e aprovada a terceira emissão de debêntures, públicas, escriturais e não conversíveis em ações, da espécie garantia real, compostas de uma única série, nas condições que constam da escritura de emissão.

A emissão foi de 55 mil debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 55.000. A emissão das debêntures públicas, além do registro na CVM, foi registrada na ANBIMA – Associação Brasileira de Mercados Financeiro e de Capitais em 18 de dezembro de 2019.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração pactuada para as debêntures será de 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia “over extra-grupo” expressas de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida de sobretaxa de 4% ao ano incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, em 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais, com vencimento todo dia 18 de cada mês, tendo como última parcela a data de 18 de dezembro de 2026.

18.6.1 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de distribuição de dividendos em montante superior ao mínimo obrigatório nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações e juros sobre capital próprio; (iv) vedação de redução do capital social; e (v) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários. Os covenants financeiros foram medidos a partir do encerramento do exercício de 2020, que seu ICSD (Índice de Cobertura de Serviço da Dívida) deveria ser superior a 1,3 (um vírgula três inteiros) e o índice de liquidez deveria ser superior a 1,00 (um inteiro), não podendo deixar de atender a estes índices por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) anos alternados.

Em 31 de dezembro de 2020 a Sanesalto Saneamento S.A. cumpre integralmente todas as cláusulas restritivas, assim como os covenants financeiros, encerrando o exercício com índice de liquidez corrente de 1,00 (um inteiro) e o ICSD de 1,47 (um vírgula quarenta e sete inteiros).

18.7 Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência) e não possuem covenant. Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2018, foram escrituradas 11.799 debêntures no valor de R\$ 1 cada. O saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 8.933.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Encargos tributários a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS a recolher	6	1	3.446	3.699
Retenção de impostos	56	16	2.241	1.101
Impostos de renda e contribuição social	9	3	5.514	4.744
ISS a recolher	-	679	25	711
ISS diferido	-	-	-	14
	71	699	11.226	10.269

20. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários e encargos sociais	179	133	1.716	1.817
Férias e encargos sociais	209	154	1.582	1.464
Outros	43	26	130	169
	431	313	3.428	3.450

21. Impostos e contribuições parcelados

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				
Parcelamento previdenciário	107	104	695	685
Parcelamento federal (c)	217	211	8.057	6.457
Parcelamento PRT/PERT (a)	56	55	1.179	1.149
Parcelamento municipal (b)	351	-	3.971	587
	731	370	13.902	8.878
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	218	316	1.494	2.065
Parcelamento federal (c)	459	658	17.836	15.210
Parcelamento PRT/PERT (a)	321	496	9.472	15.354
Parcelamento municipal (b)	453	-	4.317	1.509
	1.451	1.470	33.119	34.138
	2.182	1.840	47.021	43.016

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Amortização por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Consolidado
2021	13.902
2022	10.252
2023	5.241
2024	5.089
2025	4.851
Após 2025	7.686
	47.021

- (a) Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 4 de janeiro de 2017. Optando pela modalidade de pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Foram incluídas dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Com publicação da MP 783 instituindo o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, e convertida posteriormente na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30 de abril de 2017. Optando pela modalidade de pagar 5% do seu saldo total dos débitos em 5 parcelas, e o restante após aplicação das reduções, compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa ou parcelando em 145 prestações mensais e sucessivas. Somente a investida Águas de Itapema permaneceu no PRT liquidando o valor total no início do segundo semestre de 2019.

- (b) Refere-se ao ISS devido dos investimentos de 2008 e 2009 em que a Águas de Itapema não realizou o devido recolhimento, sob a ótica de empresas de saneamento serem isentas e foi autuada, perdendo o processo judicial em 2020. Com o advento do REFIS da lei nº 3.998, de 22 de junho de 2020 da prefeitura da cidade de Itapema, a Administração decidiu aderir ao parcelamento no montante de R\$ 6.379 em 24 parcelas consecutivas com redução de 50% nas multas e juros.
- (c) Os parcelamentos federais compreendem os tributos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) parcelados da controladora e das investidas aos quais são todos parcelados em 60 parcelas com vencimentos finais a depender da data de adesão, atualizados pela taxa Selic mensalmente.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Impostos diferidos

Os impostos diferidos são provisionados sobre as receitas de construção já reconhecidas, principalmente nas investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, na constituição dos ativos financeiros, provisionados na receita de construção, com elegibilidade somente a partir dos respectivos recebimentos ao longo dos contratos de concessão. Logo abaixo a composição dos valores por tributo:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social diferido		
Imposto de renda diferido	17.793	8.537
Contribuição social diferido	6.429	3.083
	24.222	11.620
Pis e Cofins diferido		
Pis diferido	1.509	733
Cofins diferido	6.965	3.383
	8.474	4.116

A única natureza dos tributos diferidos constituídos e acima divulgados refere-se ao reconhecimento do ativo financeiro das investidas Caraguá Luz, Alegrete e Sanema, onde o respectivo recebimento dos contratos vinculados aos ativos financeiros só ocorrerão em data futura. O aumento nos tributos diferidos a pagar se deve aos avanços das obras de construção de ativos da Sanema.

A controladora é optante pelo regime tributário de lucro presumido, portanto não constitui impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias.

23. Provisão para contingências

23.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para essas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Saldos patrimoniais:

		Controladora			
		31/12/2020			
	Probabilidade de perda	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
	Provável	10	-	270	280
		10	-	270	280

		Controladora			
		31/12/2019			
	Probabilidade de perda	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
	Provável	10	-	270	280
		10	-	270	280

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda Provável	257	580	270	1.107
	<u>257</u>	<u>580</u>	<u>270</u>	<u>1.107</u>

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda Provável	257	580	270	1.107
	<u>257</u>	<u>580</u>	<u>270</u>	<u>1.107</u>

(b) Movimentação:

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10	-	270	280
Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>270</u>	<u>280</u>

	Controladora			
	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10	-	270	280
Adições	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>270</u>	<u>280</u>

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a pleitos indenizatórios.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23.2. Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R\$ 8.057 em processos cíveis (R\$ 7.210 em 2019), R\$ 6.166 (R\$ 5.298 em 2019) em processos trabalhistas e R\$ 1.720 (R\$ 16.789 em 2019) em processos tributários, considerados como perdas possíveis.

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R\$ 167.338, representado por 167.338 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Infra Setorial Fundo de Investimento em Participações	167.338	100%	167.338	100%
	167.338	100%	167.338	100%

24.2. Reserva de retenção de lucros

Conforme a lei 11.638/07 (Lei das Sociedades por Ações), a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento do capital, propôs retenção de parcela do lucro excedente à constituição da reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R\$ 17.367, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

Durante o exercício de 2020, a Companhia distribuiu os dividendos de 2019 no montante de R\$ 317 no ano de 2020. A Companhia distribuiu também em 2020 o valor de R\$ 2.153 através das reservas de retenção de lucros de exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía em reserva de retenção de lucros montante de R\$ 62.755 (R\$ 50.292 em 2019).

24.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, do lucro líquido do exercício fora destinado a reserva legal o montante de R\$ 962 (R\$ 333 em 2019). Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha um saldo acumulado de R\$ 3.613 (R\$ 2.651 em 2019).

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

24.4. Dividendos mínimos obrigatórios

A Controladora reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido ajustado, em 31 de dezembro de 2020, conforme prevê o artigo 30 do estatuto social, no montante de R\$ 914 (R\$ 317 em 2019).

24.5. Transação de capital

Em 26 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social da controlada Sanesul em R\$ 13.824, alterando sua participação nesta sociedade de 83,7% para 89,91%, como não houve aumento proporcional pelo acionista não controlador, essa operação gerou uma transação de capital no montante de R\$ 2.505, que fora contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia.

24.6. Participação de não controladores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de participação de não controladores da Companhia encerrou em R\$ 92.887 (R\$ 59.757 em 2019).

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
				(Reapresentado) (nota 3.10)
Receita bruta de serviços (Saneamento)	-	-	90.181	79.576
Receita bruta de serviços (Energia)	-	-	63.646	66.547
Receita de obras de engenharia	113	-	30.052	8.815
Remuneração do ativo financeiro	-	-	19.829	10.064
Receita de construção (Saneamento) (a)	-	-	19.600	49.362
Receita de construção (Saneamento - ATF) (b)	-	-	70.377	12.794
Receita de construção (Energia) (a)	-	-	10.479	20.141
Receita de locação de veículos e equipamentos	371	385	30	-
Cancelamentos	-	-	(4.960)	(3.510)
Impostos sobre prestação de serviços	(23)	(14)	(16.614)	(13.083)
	<u>461</u>	<u>371</u>	<u>282.620</u>	<u>230.706</u>

(a) Receita de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento e energia.

(b) Receita de construção reconhecida pelo método POC - *Percentage of Completion* (Porcentagem de conclusão), sobre contrato para locação de ativos.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custos dos serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Custos com pessoal	-	-	(10.464)	(11.490)
Custos com materiais e insumos	-	-	(9.122)	(7.902)
Custos com produtos químicos	-	-	(2.002)	(1.714)
Custos com serviços de terceiros	-	-	(12.908)	(10.076)
Custos com depreciação e amortização	-	-	(12.816)	(11.134)
Custos com energia elétrica	-	-	(18.676)	(24.494)
Custos com construção - Saneamento (a)	(192)	-	(19.600)	(49.362)
Custos com construção - Energia (a)	-	-	(10.479)	(20.141)
Custos com construção (Saneamento - ATF) (b)	-	-	(34.499)	(7.285)
	(192)	-	(130.566)	(143.598)

- (a) Custo de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões de saneamento e energia.
- (b) Custo de construção reconhecido pelos investimentos realizados na construção de ativos de saneamento.

27. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(3.318)	(3.313)	(7.922)	(7.639)
Com serviços de terceiros	(6.434)	(4.143)	(16.414)	(13.844)
Com viagem	(402)	(665)	(864)	(1.599)
Com locação	(349)	(482)	(830)	(1.090)
Energia elétrica	(111)	(123)	(505)	(567)
Com depreciação e amortização	(107)	(111)	(1.472)	(1.540)
Despesas com informática	(754)	(601)	(716)	(935)
Despesas tributárias	(21)	(5)	(338)	(139)
Multas fiscais indedutíveis	(1)	-	(17)	(15)
Serviços de agentes fiduciários	(570)	(69)	(3.947)	(2.886)
Publicações legais	(138)	(175)	(415)	(464)
Outras despesas	(552)	(374)	(2.323)	(3.043)
	(12.757)	(10.061)	(35.763)	(33.761)
Despesas Comerciais				
Com pessoal	(39)	(19)	(1.404)	(1.542)
Propaganda e publicidade	(66)	(121)	(833)	(1.228)
Provisão estimada p/ créditos liquidação duvidosa	-	-	(6.814)	(2.237)
Com depreciação e amortização	-	-	(44)	(41)
Perdas de títulos incobráveis	-	-	(29)	-
Outras despesas	(5)	(10)	(685)	(689)
	(110)	(150)	(9.809)	(5.737)
	(12.867)	(10.211)	(45.572)	(39.498)

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas				
Serviços administrativos compartilhados (a)	10.069	9.088	728	567
Despesas recuperadas (b)	304	593	1.286	1.546
Ganhos com investimentos (c)	-	-	1.831	-
Ganhos por compra vantajosa (e)	-	38.100	-	38.100
Outras receitas não operacionais	74	-	737	119
	10.447	47.781	4.582	40.332
Outras despesas				
Perdas com investimentos (d)	(4.194)	(4.531)	(4.194)	(4.531)
Impairment do ativo intangível (f)	-	(31.867)	-	(31.867)
Despesas indedutíveis	-	(1)	-	-
Multas	(20)	(253)	(1.260)	(1.645)
Processos trabalhistas - Aguas de Santo Antônio	-	(507)	-	(507)
Passivos tributários de municípios	-	-	(1.918)	(1.051)
Outras despesas	(1)	-	(27)	-
	(4.215)	(37.159)	(7.399)	(39.601)
	6.232	10.622	(2.817)	731

- (a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, dessa forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.
- (b) Referem-se às despesas recuperadas pela Controladora reconhecidas dentro do exercício de 2020.
- (c) A Companhia reconheceu o ganho com o investimento na investida Urbeluz referente ao Consórcio Caraguá a qual esta tem participação de 55%
- (d) As perdas com investimentos referem-se à baixa de investimentos de Águas de Santo Antônio no montante de R\$ 4.194 (R\$ 4.531 em 2019).
- (e) Em 30 de outubro de 2015 a Controladora adquiriu 48,08% das ações da Sanesalto e após avaliação por empresa independente, que elaborou Laudo de alocação de preço de compra, registrou a mais valia no valor de R\$ 24.974. Em 30 de dezembro de 2019, com a aquisição de 100% das ações e conseqüentemente do controle da Sanesalto, a Companhia elaborou novo laudo de Alocação de Preço de Compra e identificou mais valia de R\$ 62.063, como na aquisição dos 48,08% iniciais havia realizado e reconhecido a mais valia sobre a aquisição, assim, registrou a baixa já considerando a amortização do período no valor de R\$ 23.962. O ganho reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$ 38.100 contempla o ganho na remensuração da participação anterior de R\$ 7.020 e ganho por compra vantajosa da participação remanescente de R\$ 31.082.
- (f) A Companhia realizou baixa por impairment da mais valia da controlada Sanesul, pela incerteza da expectativa de realização, vide Nota 12.c.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
				(Reapresentado)
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures	(484)	-	(18.143)	(13.361)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(704)	(168)	(3.997)	(3.464)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.402)	(2.222)
Juros apropriados sobre parcelamentos	(49)	(118)	(5.079)	(5.076)
Outros Juros tributários	(10)	(74)	(945)	(2.227)
Despesas bancárias	(3)	(5)	(872)	(988)
Outras despesas financeiras	(221)	(1)	(533)	(1.765)
	<u>(1.471)</u>	<u>(366)</u>	<u>(30.971)</u>	<u>(29.103)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	38	10	531	2.438
Juros sobre faturamento	-	-	595	475
Descontos obtidos	-	-	44	62
juros e atualização monetária sobre ativo financeiro	-	-	6.109	2.093
Rendimentos sobre títulos de dívida	5.024	6.123	589	-
Outras receitas financeiras	5	-	530	18
	<u>5.067</u>	<u>6.133</u>	<u>8.398</u>	<u>5.086</u>
	<u>3.596</u>	<u>5.767</u>	<u>(22.573)</u>	<u>(24.017)</u>

30. Impostos de Renda e Contribuição Social (reconciliação)

A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do Lucro Real e pelo regime de Lucro Presumido. Na opção pelo Lucro Real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo do lucro real, e na apuração do Lucro Presumido é utilizada a presunção de 32%, exceto nos casos de obras por empreitada global com alíquota de 8% para IRPJ e 12% para CSLL, e a apuração é realizada conforme a legislação tributária dos tributos do ano corrente. Abaixo a reconciliação do IRPJ e da CSLL.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	12/31/2020	12/31/2019	12/31/2020	12/31/2019
Lucro real				
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	6.548	5.994
(-)Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(10.610)	(7.044)
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social			(4.062)	(1.050)
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	-	-	2.226	(357)
<i>Reconciliação para despesas efetivas:</i>				
Adições sobre os critérios da le 11.638/07	-	-	3.219	2.528
Exclusões sobre os critérios da le 11.638/07	-	-	(1.616)	(5.345)
Base tributável	-	-	8.151	3.177
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(2.746)	(1.145)
Imposto renda, contribuição social diferidos			813	136
Imposto de renda e contribuição social lançado no resultado			(1.933)	(1.009)
Taxa efetiva Lucro Real			29,52%	16,83%
	Controladora		Consolidado	
	12/31/2020	12/31/2019	12/31/2020	12/31/2019
Lucro presumido				
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	19.294	6.701	107.206	24.742
(-)Prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(22.876)	(446)
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	19.294	6.701	84.330	24.296
Locações e outros serviços prestados	484	385	26.301	385
Prestação de serviços de energia	-	-	72.544	92.868
Base de Presunção	484	385	98.845	93.253
Presunção lucro para IRPJ (32 %)	155	123	20.546	18.149
Presunção lucro para IRPJ (8 %)	-	-	2.771	2.923
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	38	12	123	39
Base tributável	193	135	23.440	21.111
IRPJ apurado 15%	(29)	(20)	(3.515)	(3.167)
Adicional do IRPJ	(4)	-	(5.523)	(4.494)
(-) IRRF sobre notas emitidas	(1)	-	(1)	-
Total IRPJ apurado	(34)	(20)	(5.752)	(5.197)
Presunção lucro para CSLL 32%	155	123	20.546	18.149
Presunção lucro para CSLL 12%	-	-	4.156	4.384
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	38	12	123	39
Base tributável	193	135	24.825	22.572
CSLL apurada	(17)	(12)	(2.234)	(2.031)
Imposto renda, contribuição social corrente Presumido	(51)	(32)	(7.986)	(7.228)
Imposto renda, contribuição social diferidos Presumido			(12.602)	(3.598)
Imposto de renda e contribuição social lançado no resultado	(51)	(32)	(20.588)	(10.826)
Taxa efetiva Lucro Presumido			19,20%	43,76%
Imposto renda, contribuição social corrente Presumido e Real			(10.732)	(8.373)
Imposto renda, contribuição social diferido Presumido e Real			(11.789)	(3.463)
Imposto renda, contribuição social líquido lançado no resultado	(51)	(32)	(22.521)	(11.836)
Alíquota efetiva total			28%	51%

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A investida Sanesalto Saneamento S.A. mantém saldo de Base Negativa da CSLL no montante de R\$ 6.158 que não está reconhecido contabilmente. À medida que os saldos forem compensados, eles serão reconhecidos.

31. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	57.746	11.411
Lucro atribuído a não controladores	38.503	4.742
Resultado atribuível aos acionistas controladores	19.243	6.669
LUCRO POR AÇÕES		
Quantidade de ações	167.338.034	167.338.034
Lucro básico por ação (em Reais)	0,1150	0,0399

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação – diluído conforme requerido pelo CPC – 41, em razão de não existir fatores de diluição. Portanto, não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

32. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de: (i) concessões de saneamento básico nas cidades de Itapema/SC, Salto/SP, São João de Meriti/RJ e Maceió/AL; (ii) na gestão de iluminação pública sob regime de Parcerias Público Privadas nas cidades de São João do Meriti/RJ, Caraguatatuba/SP, Mauá/SP, Teresina/PI e recentemente em Belém/PA e em contratos de manutenção em Boa Vista/RR, Rio das Ostras/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ; (iii) no fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental, também na cidade de Salto/SP; (iv) concessões de rodovias no estado do Mato Grosso nas MT-100 e MT-320, e recentemente com os mesmos parceiros ganhou mais um dos lotes no leilão da B3 da rodovia MT-246, as quais não são consolidadas pela ausência de controle da Conasa, não representando um Segmento Operacional até o presente exercício.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. A controlada Sanema é responsável pela construção do sistema de coleta e tratamento em 4 setores comerciais em Maceió/AL e respectiva locação do ativo à CASAL. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz e diretamente, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas (“PPP”) e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2020, a Companhia detinha participação em cinco PPP operacionais. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, são as seguintes:

	Receitas líquidas		Resultado operacional	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado) (nota 3.10)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado) (nota 3.10)
Saneamento Básico	169.176	120.254	52.552	20.706
Iluminação Pública	107.292	90.201	49.662	22.245
Saneamento Ambiental	6.152	6.484	625	560
Outros	-	13.767	1	3.753
Total	282.620	230.706	102.840	47.264

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saneamento Básico	(14.369)	(8.454)	521.163	360.192
Iluminação Pública	(1.592)	(1.613)	152.100	124.207
Saneamento Ambienta	(1.174)	(1.170)	12.941	11.847
Outros	(17)	(2.309)	31.689	99.362
Total	(17.152)	(13.546)	717.893	595.608

33. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Durante o exercício de 2020 e início de 2021, e vigentes até as datas variáveis em 2020, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	Lucros cessantes
Sanetrat	300	-
Aguas de Itapema	42.935	24.000
Urbeluz	52.487	-
Sanesalto	25.600	6.000
Sanema	8.654	-
CaraguaLuz	41.875	-
Alegrete	10.374	-
	<u>277.647</u>	<u>54.000</u>

34. Instrumentos financeiros

34.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

34.2. Qualidade dos créditos de ativos financeiros

A administração da Companhia julga que seus créditos de instrumentos financeiros são considerados prováveis de recebimentos, uma vez que na maioria são com órgãos públicos ligados a concessões ou contratos de parcerias público privado.

34.3. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Levando em consideração o atual cenário da Covid-19, o valor justo dos instrumentos financeiros, se aproxima do contábil no encerramento do período, motivo que só estão apresentados abaixo os valores contábeis, demonstrados abaixo:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora	
		31/12/2020	31/12/2019
		Valor	Valor
	Categoria	contábil	contábil
Ativo financeiros (*)			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	1.629	297
Contas a receber	Custo amortizado	1.825	1.200
Partes relacionadas	Custo amortizado	16.106	17.304
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	18.087	15.258
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	929	1.320
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	38.183	5.578
Partes relacionadas	Custo amortizado	15.994	11.760

		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019
		Valor	Valor
	Categoria	contábil	contábil
Ativo financeiros (*)			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	29.638	35.569
Contas a receber	Custo amortizado	36.246	23.128
Ativo financeiro	Custo amortizado	213.634	113.752
Partes relacionadas	Custo amortizado	31.823	39.199
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	34.915	34.326
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	32.143	32.401
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	238.023	188.855
Passivo de arrendamentos	Custo amortizado	14.540	14.382
Partes relacionadas	Custo amortizado	6.890	3.483

34.4. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) **Risco de mercado - Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre de financiamentos vinculados ao CDI e receitas vinculadas à inflação, ou aplicações financeiras vinculadas ao CDI e financiamentos vinculados à inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas data de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) B3. Dessa maneira, no único cenário apresentado como provável, identificou-se que não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

Consolidado			Projeção de mercado	
Instrumentos Financeiros	Risco	Taxa de Juros	Saldo Total em 31/12/2020	Provável cenário
Ativo financeiro				
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	6,42%	38.157	40.607
Sanetrat CCI	Redução da Taxa IPCA	3,75%	31.689	32.877
Total ativo			69.846	73.484
Passivo financeiro				
CCB Águas de Santo Antônio	Aumento na taxa IGPM	7,54%	4.855	5.221
Capital de giro - (CCB) - DI	Aumento na taxa CDI	4,98%	10.174	10.681
Capital de giro - DI	Aumento na taxa CDI	3,00%	20.453	21.067
Debentures Privadas	Aumento no IPCA	19,52%	3.945	4.715
Capital de Giro Urbeluz	Aumento na taxa CDI	6,42%	12.015	12.786
Debêntures - Sanesalto	Aumento na taxa IGPM	7,54%	55.052	59.203
BRDE Águas de Itapema	Aumento na taxa TJLP	6,98%	12.172	13.022
Finame	Aumento na taxa TJLP	6,98%	228	244
Debêntures - Conasa SPE	Aumento na taxa IGPM	7,54%	10.134	10.898
			268.720	284.805
Exposição da dívida			198.874	211.321
Efeito Líquido - Perda				12.447

Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

- (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito com clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem base de clientes difusa com receita vinculada em grande parte às tarifas de prestação de serviços vinculadas às concessões e PPPs;

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (c) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

		Controladora				
		31/12/2020				
		Fluxo				
	Valor contábil	Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	
Passivos financeiros						
Fornecedores	929	929	929	-	-	
Cédulas de Créditos Bancários	3.117	3.117	3.117			
Capital de Giro (CCB)	20.453	21.520	21.520			
Capital de Giro - DI	10.174	10.811	6.367	4.444		
Debêntures Privadas	3.945	2.411	2.428	2.605	-	
Finame - PRÉ	494	494	228	244	22	
Partes relacionadas	15.994	15.994	11.397	4.597	-	
	55.106	55.276	45.986	11.890	22	

		Controladora					
		31/12/2019					
		Fluxo					
	Valor contábil	Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Passivos financeiros							
Fornecedores	1.320	1.320	1.320	-	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário	4.856	5.033	2.428	2.605	-	-	-
Finame	722	751	228	244	261	18	-
Partes relacionadas	11.760	11.760	7.524	4.236	-	-	-
	18.658	18.864	11.500	7.085	261	18	-

		Consolidado						
		31/12/2020						
		Fluxo						
	Valor contábil	Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses	
Passivos financeiros								
Fornecedores	32.143	32.143	32.143	-	-	-	-	
Debêntures	158.816	165.321	23.213	24.153	25.655	26.415	65.885	
Finame	1.540	1.641	253	316	385	340	347	
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	3.117	3.117	3.117	-	-	-	-	
Capital de Giro	70.784	70.784	66.521	2.842	1.421	-	-	
Passivo de arrendamentos	14.540	14.540	3.511	3.400	2.901	2.504	2.224	
Partes relacionadas	6.890	6.890	6.706	184	-	-	-	
	287.830	294.436	#####	30.895	30.362	29.259	68.456	

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	31/12/2019	Fluxo					
	Valor contábil	Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Passivos financeiros							
Fornecedores	32.401	32.401	32.401	-	-	-	-
Debêntures	161.794	171.067	16.305	17.495	18.772	20.143	98.352
Finame	721	751	228	244	261	18	-
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	4.856	5.033	2.428	2.605	-	-	-
Capital de Giro - CDI	6.691	6.912	2.649	2.842	1.421	-	-
Capital de Giro - PRÉ	17.001	22.893	4.142	4.444	4.769	4.769	-
Passivo de arrendamentos	14.382	15.032	1.587	1.651	1.746	1.429	8.619
Partes relacionadas	3.483	3.483	1.206	2.277	-	-	-
	241.329	257.572	60.946	31.558	26.969	26.359	106.971

(d) Risco de taxa de câmbio: A Companhia não atua com instrumentos financeiros atrelados a moedas estrangeiras. Dessa forma, a administração julga não ter riscos relacionadas a variações de taxas de câmbio.

(e) Gestão de capital: A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
A - Total de empréstimos, financiamento e debêntures	238.023	203.858
B - (-)Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários(nota 3)	29.638	35.569
C = (A - B) - Dívida líquida	208.385	168.289
D = Total do patrimônio líquido	324.088	277.533
E = (C + D) - Capital total	532.473	445.822
C/E = Índice de alavancagem financeira	39,1%	37,7%

35. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

A Companhia realizou transação relevante envolvendo investimento e financiamento, que não afetou o caixa, com a investida Via Brasil MT-320, portanto ajustada na demonstração dos fluxos de caixa, detalhada a seguir:

Integralização de capital social no valor de R\$ 4.800 (quatro milhões e oitocentos mil reais) através da assunção de dívidas da 1ª emissão de debêntures de emissão da própria Via Brasil MT-320, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Valores Mobiliários.

36. Compromissos vinculados aos contratos de concessão

A Companhia e suas controladas possuem alguns principais compromissos vinculados aos contratos de concessão, conforme segue:

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) A Companhia Águas de Itapema tem o compromisso de investimentos entre 2016 e o final da concessão de R\$ 510 milhões, sendo investimentos em água de R\$ 165 milhões e investimentos em esgoto de mais de R\$ 335 milhões, conforme planos de investimentos definidos no Plano Municipal de Saneamento e no Contrato de Concessão. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia investido R\$ 214.518.
- (ii) A Sanesalto concluiu os investimentos previstos na concessão, restando apenas a operação do sistema até 2032. Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia investido R\$ 72.211 no sistema de tratamento de esgoto.
- (iii) A Sanema tem como compromisso de investimento a execução de Estação de Tratamento de Esgoto e rede de coleta, com as respectivas estações elevatórias de esgoto, na área de atendimento definida pelo contrato com Contrato de Empreitada Global firmado de R\$ 171 milhões até 30 de setembro de 2021. Até 31 de dezembro de 2020 a Empresa havia investido R\$ 47.032
- (iv) A Caraguá Luz encerrou no início de 2020 a substituição de todas as luminárias existentes por luminárias LED, conforme previsto no contrato de PPP em um investimento total de R\$ 57.145 do contrato original. Em 30 de dezembro de 2020, foi firmado o 2º termo de aditivo com investimentos a serem realizados de R\$ 45.129
- (v) A Alegrete RJ Participações S.A. tem como compromisso de investimento a substituição por LED de 100% do parque de iluminação do município, prevista para 2020, além da substituição de tais luminárias num segundo ciclo de investimento entre o ano 11 e 15 (2025 a 2029) do contrato de PPP, com uma previsão de cerca de R\$ 100 milhões em iluminação pública. Estão previstos também investimentos em efficientização de prédios públicos e aquisição de equipamentos, que somam cerca de R\$ 22 milhões durante a concessão.
- (vi) Luz de Belém tem como compromisso de investimento a substituição por LED de 100% do parque de iluminação do município, prevista para 2021-2022, com uma previsão de cerca de R\$ 80 milhões em iluminação pública.
- (vii) A Via Brasil MT-100, concessão de 111 km de rodovia por 30 anos, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 10.000. Com a concessão, a rodovia deve receber investimentos de R\$ 365 milhões.
- (viii) A Via Brasil MT-320/208, concessão dos 188 km de rodovias, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R\$ 6 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R\$ 211 milhões durante o período de investimentos.

37. Eventos Subsequentes

O Consórcio Via Brasil MT 246 teve seu Plano de Negócios homologado pelo poder concedente em 24 de fevereiro de 2021, passo necessário para assinatura do contrato de concessão, prevista para março de 2021. Com a homologação, a Via Brasil MT 246 Concessionária de Rodovias S.A., SPE para a concessão, foi criada.

Em janeiro de 2021, a Companhia transformou a Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. na Sociedade de Propósito Específico Luz de Belém S.A. e que teve o contrato assinado em 22 de março de 2021 que será responsável pelo objeto da PPP de iluminação pública da capital Belém, Estado do Pará.

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findo em 31 de dezembro de 2020; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findo em 31 de dezembro de 2020.

Diretoria executiva

- **Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto;
- **Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores:** Claudio Roberto de Leoni Ramos;
- **Diretor de Operações:** Ricardo Salles de Oliveira Barra;

Contador

Isaac do Nascimento – CRC PR 043.806/O-1.

Mario Vieira Marcondes Neto
Diretor Presidente

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/O-1